



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

NAYARA GOMES LEITE

**MEMÓRIA E COLETIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS LIGAS CAMPONESAS
DE SAPÉ-PB**

**JOÃO PESSOA
2024**

NAYARA GOMES LEITE

**MEMÓRIA E COLETIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS LIGAS CAMPONESAS
DE SAPÉ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Ciências
Sociais do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para a obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^o Dr^o Sérgio Botton Barcellos

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

L533m Leite, Nayara Gomes.

Memória e coletividade : um estudo sobre as
ligas camponesas de Sapé- PB. / Nayara Gomes
Leite. - João Pessoa, 2024.
76 f.

Orientador : Sérgio Botton Barcellos.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, 2024.

1. Ligas camponesas. 2. Memória coletiva. 3.
Memorização. 4. Trabalhadores(as) rurais. 5. Sapé-PB.
I. Barcellos, Sérgio Botton. II. Título.

UFPB/CC
HLA

CDU
332.021.8

Elaborado por KARLA MARIA DE OLIVEIRA - CRB-15/485

NAYARA GOMES LEITE

**MEMÓRIA E COLETIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS LIGAS CAMPONESAS
DE SAPÉ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Ciências
Sociais do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito para a obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: 25/10/2024.

Nota: 10,0 (Dez)

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO BOTTON BARCELLOS**
Data: 27/10/2024 21:06:11-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profº Drº Sérgio Botton Barcellos (orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **ATILA BEZERRA TOLENTINO**
Data: 28/10/2024 10:41:37-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Drº Átila Bezerra Tolentino
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **ULIANA GOMES DA SILVA**
Data: 29/10/2024 18:11:08-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª.Msc. Uliana Gomes da Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A minha tia Marilene (*in memorian*), que nos momentos mais difíceis eu imaginava ela falando, com toda positividade e fé que só ela tinha, que daria tudo certo. Então acreditei e isso se tornou possível. Obrigada, obrigada.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos primeiramente irão para minha mãe, Marluce. Mainha, sem seu apoio e compreensão, jamais teria chegado nesse momento. Isso tudo, para além de uma vitória pessoal, significa que todos os sacrifícios que você fez valeram a pena. Você, mais do que qualquer outra pessoa no mundo, merece os créditos por essa conquista. Espero que seja só o começo de muitos orgulhos que virão.

Ao meu irmão, George Fernando, que do seu jeito sempre tentou tirar o melhor de mim, seja em caminhadas, corridas, pedaladas e/ou na vida. Obrigada por todos os conselhos ao longo dessa jornada. Nós três e a nossa família passamos juntos por um momento doloroso durante a feitura desse trabalho e, sem o suporte de vocês, jamais teria conseguido concluir. Então, meu muito obrigada. Amo vocês.

A toda minha família, principalmente aqueles(as) do sertão paraibano, pela ajuda e acolhimento durante toda minha vida. Agradeço em especial à minha prima, Cleidiane, que durante muito tempo foi minha fonte de desabafo sobre os desafios desse curso. Amo você.

A Edson Monteiro e Rejane Monteiro por todo o apoio dado ao longo da minha graduação. Sem vocês, essa caminhada seria mais difícil.

Aos meus amigos da época do ensino fundamental e ensino médio, amigos para a vida toda: Matheus, Keline, João Paulo, Taynara, Rayssa, Rafaela e Luiz, meu muito obrigado pelos anos que passamos juntos dividindo sonhos.

Aos meus amigos, que me deram todo apoio e assistência durante essa caminhada. A Laura e Sthevson, que me ajudaram e acreditaram em mim. A parceria de vocês, seja acadêmica, seja fora do âmbito da universidade, foi crucial para que me mantivesse bem nesse período. Obrigada por tudo e por tanto. Amo vocês.

As minhas queridas amigas, a duplinha MM, Mikaella e Mylenna. Não sei como agradecer o suficiente por toda nossa parceria. Sou extremamente grata por termos passado por isso juntas, por conseguirmos juntas. Sempre falamos do quão importante era termos umas às outras nessa jornada, por estar passando e sentindo as mesmas coisas. Obrigada por todos os conselhos, risadas, suporte e fofocas. Isso tudo só fortaleceu os laços que já tínhamos construído ao longo da graduação toda. Amo muito vocês.

Aos professores e professoras que tive ao longo da vida, principalmente aos(as) que de alguma forma viram potencial em mim, especialmente o professor Wilson, meu muito obrigado.

E agradeço ao meu orientador, Sérgio Botton Barcellos, que topou embarcar nesse trabalho comigo. Professor, obrigada por aceitar mesmo com todos os desafios colocados. Nossa parceira é de muito antes desse trabalho e eu sou extremamente feliz e grata por fazer isso com você e por aprender tanto ao longo desses anos sobre disciplina e trabalho, mas também sobre a vida. Muito obrigado.

“Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção.” - Lélia González.

RESUMO

Este trabalho analisa as Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba, sob a perspectiva da memória coletiva e do conceito de memoriação. Com base nas pesquisas e conceitos de Maurice Halbwachs (1990) e Ecléa Bosi (2006), a pesquisa busca compreender como as memórias individuais e coletivas dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as) são construídas e mantidas ao longo do tempo. A pesquisa também analisa a influência de instituições como a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na formação das Ligas, além do papel do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) como um espaço de preservação histórico. Este trabalho está ancorado a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, com aporte na análise dos conceitos e pesquisas relacionados à memória coletiva e memoriação. O presente trabalho está baseado no aporte teórico de Maurice Halbwachs (1990) e Ecléa Bosi (2006), com o auxílio dos conceitos e pesquisa de Aued (1981), Alves (2014), Candau (2011), Elias (1994), Martins (1990a; 1994b), Le Goff (1994), Pollak (1989), Rangel (2000), Targino, Moreira e Menezes (2011), Tolentino (2016a; 2023b), Van Ham *et. al* (2006).

Palavras-Chave: Ligas Camponesas; Memória Coletiva; Memoriação; Trabalhadores(as) Rurais; Sapé-PB

ABSTRACT

This study analyzes the Peasant Leagues of Sapé, in Paraíba, from the perspective of collective memory and the concept of memorization. Based on the research and concepts of Maurice Halbwachs (1990) and Ecléa Bosi (2006), the research aims to understand how the individual and collective memories of peasant workers are constructed and maintained over time. The study also analyzes the influence of institutions such as the Catholic Church and the Brazilian Communist Party (PCB) in the formation of the Leagues, as well as the role of the Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) as a space for historical preservation. This work is anchored in a qualitative methodological approach, drawing on the analysis of concepts and research related to collective memory and memorization. The present study is based on the theoretical contributions of Maurice Halbwachs (1990) and Ecléa Bosi (2006), with support from the concepts and research of Aued (1981), Alves (2014), Candau (2011), Elias (1994), Martins (1990a; 1994b), Le Goff (1994), Pollak (1989), Rangel (2000), Targino, Moreira, and Menezes (2011), and Tolentino (2016a; 2023b), as well as Van Ham et al. (2006).

Keywords: Peasant Leagues; Collective Memory, Memorization; Peasant Workers; Sapé.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

API: Associação Paraibana de Imprensa

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT: Comissão Pastoral da Terra

MLLC: Memorial das Ligas e Lutas Camponesas de Sapé

PCB: Partido Comunista Brasileiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS E AS LUTAS NO NORDESTE.....	18
2.1 Contexto da criação da Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro.....	18
2.2 Ações políticas do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica.....	27
2.3 Repressão às Ligas e Morte de João Pedro Teixeira.....	33
3. MEMÓRIA: ANÁLISES E CONCEITO.....	37
3.1. Breve análise dos estudos sobre Memória.....	37
3.2. Memória coletiva: entre o individual e o coletivo.....	44
3.3 Memoriação: a memória em movimento.....	48
4. MEMÓRIA COLETIVA E MEMORIAÇÃO: EXPLORANDO OS CONCEITOS NAS LIGAS CAMPONESAS.....	51
4.1 Os Desafios da Memória Coletiva: Depoimentos e Divergências.....	51
4.2 A Força da coletividade na individualidade.....	61
4.3 Memoriação e o Memorial Ligas e Lutas Camponesas de Sapé-PB.....	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
6. REFERÊNCIAS.....	71

1. INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XX, a questão e as pautas sociais advindas do rural mobilizaram a construção de movimentos sociais organizados em um Brasil que passava por transformações sociais e econômicas. Nesse contexto, o país passou por um processo acelerado de industrialização, que trouxe desafios significativos para as comunidades rurais. As Ligas Camponesas surgiram como uma das respostas às dificuldades enfrentadas pelos(as) camponeses(as), que lidavam com a concentração de terras e a exploração econômica por grandes proprietários (Rangel, 2000).

Este movimento buscou não apenas a redistribuição de terras, mas também a promoção da consciência política entre os(as) trabalhadores(as) rurais, incentivando a organização coletiva em prol de melhores condições de trabalho e de vida. Entretanto, a realidade dos(as) camponeses(as) era marcada por tensões, como a repressão estatal e a resistência de setores conservadores, que percebiam essas mobilizações como uma ameaça ao *status quo*. O fenômeno rural se tornou um espaço de complexidade, no qual a luta por justiça social e agrária se entrelaçou com as dinâmicas de um país em transformação (Aued, 1981).

Sob essa perspectiva, este Trabalho de Conclusão de Curso dedica-se à análise teórica do surgimento, das influências e da resistência das Ligas Camponesas no Brasil, além da atuação dos(as) líderes que ganharam destaque ao defenderem seus ideais enquanto trabalhadores(as) rurais, com especial enfoque na Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba. A pesquisa se conduziu à luz dos conceitos de memória coletiva (Halbwachs, 1990) e memoriação (Bosi, 2006), a fim de explorar como estes se articulam na preservação das narrativas e na continuidade das lutas dos(as) camponeses(as).

Este trabalho é resultado da minha trajetória acadêmica, marcada por experiências que me aproximaram da temática rural e da Sociologia do campo. Desde o início da minha participação em projetos de pesquisa e extensão, como "Memória Documental dos Trabalhadores do Açúcar na Paraíba", coordenado pelos professores Dra. Patrícia Alves Ramiro e Dr. Sérgio Botton Barcellos, e "Ser e Estar Jovem e a Sucessão Rural em Areia-PB: Registros, Memórias e Políticas Públicas com a Comunidade", sob coordenação do Dr. Sérgio Botton Barcellos, tive a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos acerca das lutas e desafios enfrentados pelas populações rurais, em especial as que vivem no brejo paraibano.

Destaco ainda o projeto de Ensino "Grupo de Estudo e Leituras em Sociologia Brasileira", coordenado pelo Professor Dr. Sérgio Botton Barcellos, no qual tive a oportunidade de estudar o livro *O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*

(1994), de José de Souza Martins. Assim, a partir dos exercícios propostos no grupo, fui levada a refletir sobre temas centrais do livro, como a história de estruturação social do Brasil e a reforma agrária. Esse contato reforçou meu interesse em aprofundar meus estudos e pesquisas para compreensão das dinâmicas sociais no campo, conectando teoria e prática.

Por meio desses trabalhos, pude me atentar à importância do registro histórico e da preservação da memória como ferramenta para compreensão e ressignificação do passado, tanto para as comunidades envolvidas quanto para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que englobam essa temática. A experiência prática de trabalhar com memórias de trabalhadores(as) do campo, aliada à troca de saberes com os(as) participantes dos projetos, revelou-me o poder que as narrativas e os testemunhos têm na construção da história e na defesa de direitos.

O interesse em trabalhar com os conceitos de memória coletiva e memoriação tomou forma ao longo da minha trajetória acadêmica, especialmente após o contato com o livro de Maurice Halbwachs, *Memória Coletiva* (1990), na disciplina de Antropologia e Culturas Populares, ministrada pela Professora Dra. Luciana Chianca. Nesse contexto, embora inicialmente eu já tivesse interesse em explorar a memória das Ligas Camponesas no Brasil, foi ao conhecer os fundamentos teóricos de Halbwachs que pude perceber o valor analítico dessa abordagem para minha pesquisa. A proposta de investigar as Ligas Camponesas, juntamente com a necessidade de entender como suas memórias foram preservadas e transmitidas ao longo das gerações, encontrou na teoria de Halbwachs um suporte para o desenvolvimento deste trabalho

Ao ler o livro de Halbwachs (1990), compreendi como as memórias individuais estão inseridas e moldadas dentro de um contexto social mais amplo, funcionando como construções coletivas que refletem as experiências de grupos sociais específicos. Esse conceito fora útil para analisar como as lembranças dos(as) trabalhadores(as) rurais, envolvidos(as) nas lutas das Ligas Camponesas, continuam presentes. Assim, entendendo a memória como um fenômeno social, foi possível abordar as Ligas Camponesas, a partir desse conceito, não apenas como um movimento histórico, mas como um processo contínuo de resistência e identidade camponesa, sustentado pela memória compartilhada. Ao descobrir que Halbwachs era sociólogo, encontrei o elemento que faltava para consolidar minha decisão de fundamentar a pesquisa na área da Sociologia. Sua abordagem, que entende a memória como um fenômeno social vinculado aos grupos e às interações, se alinhou diretamente com minha intenção de trabalhar com a memória das Ligas Camponesas. Isso me deu a confiança de que seria possível realizar uma análise sociológica, explorando como a memória coletiva é

construída, preservada e transmitida no contexto das lutas sociais no campo. A pesquisa de Halbwachs demonstra que, ao abordar a memória das Ligas Camponesas, estou lidando com um processo dinâmico, em que as lembranças são constantemente reconstruídas e ressignificadas conforme o contexto presente. Esse entendimento reforçou a importância de analisar as Ligas Camponesas pela perspectiva da memória coletiva, reconhecendo como essa memória contribui para a continuidade das lutas por justiça social e reforma agrária no Brasil.

Após perceber que a memória é um fenômeno dinâmico e em constante transformação, decidi trabalhar na pesquisa com o conceito de memoriação, desenvolvido por por Átila Tolentino (2018), que interpola Ecléa Bosi (2006), que trabalha com a ideia de memória + trabalho. O conceito de memoriação me permitiu discutir a relação complexa entre a preservação da memória, os(as) agentes participantes desse processo e os contextos sociais e políticos que influenciam essas escolhas. A memória das Ligas Camponesas, assim como outras memórias coletivas, não é preservada de maneira neutra ou automática; ela passa por filtros e decisões políticas, sociais e culturais que determinam o que é lembrado e como isso acontece (Tolentino, 2018).

Bosi define a memória como uma ação intencional e contínua de rememorar e rearticular o passado, o que envolve mais do que o simples ato de recordar; trata-se de um processo ativo de reconstrução da memória dentro de um contexto presente. Ao explorar esse conceito, pude vislumbrar sua relevância para o estudo das Ligas Camponesas, isto é, trabalhar com a compreensão de que o foco não está apenas no registro de eventos históricos, mas também na maneira como esses eventos são continuamente ressignificados e preservados por aqueles(as) que os(as) mantêm vivo essa memória (Bosi, 2006).

Assim, o objetivo geral deste trabalho é o de analisar a partir do caso das Ligas Camponesas de Sapé - PB como está sendo configurada a memória coletiva das Ligas Camponesas a partir de produções bibliográficas realizadas a partir de pesquisas na Paraíba. Os objetivos específicos constam em: a) Contextualizar o momento histórico e social que originou às Ligas Camponesas, com foco no surgimento e desenvolvimento das Ligas de Sapé, na Paraíba; b) Descrever e sistematizar os relatos das práticas de memória e memoriação associadas às Ligas Camponesas, identificando como essas práticas têm sido transmitidas e preservadas ao longo do tempo; c) Analisar a partir do conceito de memória coletiva e memoriação como as dinâmicas se configuram no que diz respeito às memórias relacionadas às Ligas Camponesas disponíveis nas bibliografias mobilizadas.

Nessa perspectiva, o presente trabalho está fundamentado no aporte teórico de Maurice Halbwachs (1990) e Átila Tolentino (2016a; 2018b; 2023c), com o auxílio dos

conceitos e pesquisa de Aued (1981), Alves (2014), Bosi (2006), Candau (2002a; 2011b), Elias (1994), Martins (1990a; 1994b), Le Goff (1994), Pollak (1989), Rangel (2000), Targino et. al (2011), , Van Ham *et. al* (2006).

A utilização de Joël Candau (2002a; 2011b) é justificada porque, ao explorar as dimensões da memória coletiva e individual, oferece ferramentas conceituais para entender como as memórias das Ligas Camponesas são construídas, transmitidas e mantidas ao longo do tempo. O uso de Norbert Elias (1994) e seu conceito de *configuração* oferece a possibilidade de entender as relações entre os indivíduos e os grupos que compunham as Ligas Camponesas como parte de uma rede de interdependências sociais e políticas. Elias propõe que as configurações são sistemas dinâmicos de relações, no qual as ações dos indivíduos e grupos são configuradas reciprocamente.

O uso dos livros de José de Souza Martins (1990a; 1994b) no meu trabalho é justificado por sua relevância em fornecer uma base teórica para a compreensão das Ligas Camponesas dentro de um contexto histórico, político e sociológico. O livro "*Os Camponeses e a Política no Brasil*" (1990) oferece uma análise crítica sobre como os movimentos camponeses protagonizaram a luta por direitos agrários. Já "*O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*" (1994), auxilia a compreender, a partir da sua perspectiva teórica-metodológica, as origens históricas das dificuldades enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as) rurais, reforçando a conexão entre passado e presente.

Jacques Le Goff (1994) com sua obra sobre memória histórica, oferece uma perspectiva crucial sobre como as memórias são selecionadas, preservadas e transmitidas ao longo do tempo. Michel Pollak (1989), por sua vez, com suas pesquisas sobre memória e identidade em contextos de violência e repressão, traz uma chave considerada importante para estudar como as memórias dos(as) camponeses(as) que participaram das Ligas Camponesas se configuraram em meio à resistência e perseguição.

Maria do Socorro Rangel (2000) fornece sua análise sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, que traz uma perspectiva da organização e atuação desses movimentos, especialmente no contexto de Sapé, foco da minha pesquisa. Sua obra possibilitou a contextualização das ações das Ligas e a compreender sob seu ponto de vista a história do movimento na luta camponesa.

Targino et. al (2011) abordam as dinâmicas dos movimentos sociais no campo, explorando a organização e resistência dos trabalhadores rurais, além de debaterem sobre os conflitos de terra e as questões fundiárias, que ajudam a compreender o cenário agrário e social em que as Ligas se inserem. Tolentino (2016a; 2018b; 2023c), por sua vez, oferece uma

análise sobre as questões agrárias e os movimentos camponeses na Paraíba, além de sua contribuição no campo da museologia. Sua obra aborda tanto o contexto social e político das Ligas Camponesas quanto a preservação e representação da memória dessas lutas em espaços museológicos, o que auxilia na compreensão da memória camponesa e sua difusão.

O livro "*Memórias do Povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba - Deixemos o Povo Falar...*" (2005), de Antonia M. Van Ham *et al.*, é frequentemente referenciado por sua abordagem que destaca os depoimentos dos(as) camponeses(as), evidenciando como essas narrativas individuais se entrelaçam para formar uma compreensão mais abrangente das experiências e lutas coletivas. A análise dos depoimentos é realizada de maneira crítica, levando em consideração as diversas perspectivas e contextos que no qual estavam inseridas essas narrativas. Assim, a contribuição teórica de Van Ham se torna uma ferramenta relevante para investigação de como as memórias dos(as) trabalhadores(as) rurais são preservadas, resignificadas e mobilizadas em contextos de resistência social.

Este trabalho está ancorado a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, com aporte na análise de conteúdo das bibliografias especializadas no campo das ciências humanas a partir das pesquisas relacionadas à memória coletiva e memóriação, para compreender como esses conceitos podem ser aplicados ao contexto das Ligas Camponesas, especialmente na reconstrução da memória coletiva em torno dos eventos históricos e sociais. Será dada atenção especial a partir das leituras e análises à forma como as memórias são preservadas, transmitidas e reinterpretadas ao longo do tempo, contribuindo para a resistência coletiva dos grupos envolvidos.

Diante deste arcabouço, o estudo das Ligas Camponesas, em especial da Liga de Sapé, na Paraíba, é considerado relevante para a compreensão das lutas agrárias no Brasil e a função das memórias coletivas na resistência camponesa, bem como o de memóriação para entender especialmente como o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas de Sapé (MLLC) age em prol da comunidade de Barra de Antas, Sapé - PB. Essas organizações representaram uma etapa importante na busca pela reforma agrária e pelos direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais, além de se consolidarem como referência para os movimentos sociais ligados ao campo.

Assim, compreende-se que este trabalho justifica-se pela importância de examinar e registrar a memória de um movimento que influenciou as lutas agrárias e sociais no Brasil. A análise sociológica dessas práticas de memória pode ser relevante para compreender como os processos de memóriação, enquanto processos sociais e históricos, auxiliam na preservação e transmissão de narrativas coletivas.

A memória trabalho é um elemento conceitual que pode ser significativo na formação

da identidade social e na luta por direitos, especialmente em contextos de opressão e resistência (Bosi, 2006). O relembrar das experiências vividas possibilita discutir, incluso no âmbito acadêmico, que essas comunidades mantenham viva a memória do que são consideradas injustiças passadas e articulem demandas atuais. Estudar a memória camponesa é pertinente, pois oferece uma perspectiva sobre a história social e política do Brasil. As experiências e narrativas das Ligas Camponesas lançam luz aos processos históricos que configuraram a luta por reforma agrária, valorizando a experiência dos(as) trabalhadores(as) rurais.

A partir desse contexto, é abordado no primeiro capítulo, intitulado de *Fundamentos da Resistência: O Surgimento das Ligas Camponesas e as Lutas no Nordeste*, a formação das Ligas Camponesas, no qual foram contextualizadas as influências da Igreja Católica e do Partido Comunista nesse processo, destacando como essas instituições interferiram na criação e ao longo da história das Ligas. Além disso, o capítulo examina, a partir das referências pesquisadas, a repressão que as Ligas enfrentaram ao longo das décadas de 1950 e 1960. Serão discutidas a partir da revisão bibliográfica as estratégias de controle e violência relatadas que foram utilizadas pelos setores conservadores e pelo Estado para silenciar as vozes dos camponeses que lutavam por justiça social e agrária.

No segundo capítulo, *Memória: Análises e Conceitos*, é feita uma breve análise dos estudos abordados nesta pesquisa sobre memória, focando nas discussões sobre a memória individual e a memória coletiva. A memória individual refere-se às recordações e experiências vividas por cada pessoa, enquanto a memória coletiva diz respeito às lembranças compartilhadas por grupos sociais, que são moldadas por contextos históricos e culturais. Também é destacado como o conceito de memória auxilia na compreensão da dinâmica de espaços físicos de preservação da memória, a exemplo do MLLC.

No terceiro capítulo, nomeado de *Memória Coletiva e Memória: Explorando os conceitos nas Ligas Camponesas*, realizo a relação entre os conceitos teóricos discutidos anteriormente ao contexto das Ligas Camponesas, enfatizando sua relevância na análise da memória vinculada a esse movimento. Assim, é realçada a importância das lideranças camponesas, que, embora tenham um papel de destaque, contaram com um apoio coletivo para dar continuidade à luta. Também é abordada a criação de um Memorial das Ligas Camponesas, um espaço dedicado à preservação dessas memórias. A análise das memórias e a necessidade de preservação são abordadas como elementos importantes para entender a continuidade das narrativas e experiências vinculadas às Ligas Camponesas.

2. O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS E AS LUTAS NO NORDESTE

No primeiro capítulo deste trabalho, por meio da revisão bibliográfica em obras consideradas um clássico no resgate histórico sobre as Ligas Camponesas, o objetivo é contextualizar o surgimento dessa organização social no Brasil, com ênfase na Paraíba, que ocorreu durante um período de transformações sociais e políticas ao longo do século XX, em especial entre as décadas de 1950 e 1960. Destaca-se também as ações da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro e como eles atuaram na formação das Ligas Camponesas no Brasil, especialmente no Nordeste brasileiro. Essas organizações também influenciaram na formação política dos camponeses com a discussão sobre justiça social, reforma agrária e direitos humanos. Além disso, discorreremos como a repressão às Ligas Camponesas foi vivenciada e percebida pelos(as) trabalhadores(as) rurais, bem como as influências que essa repressão teve sobre o movimento.

2.1 Contexto da criação da Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro

O surgimento das Ligas Camponesas no Brasil está ligado ao cenário socioeconômico e político vivido a partir da segunda metade do século XX. A falta de políticas públicas voltadas para a reforma agrária, combinada com o domínio político e territorial dos grandes proprietários, resultava em um ambiente de insatisfação entre diversos segmentos da sociedade que, ao longo da história, levou ao surgimento de movimentos organizados como as Ligas Camponesas.

Durante as primeiras décadas do século XX, a elite econômica agrária brasileira, em especial os industriais, percebia o Nordeste, como uma região "atrasada" em comparação ao restante do país, especialmente no que diz respeito à industrialização. Essa visão estava associada à crença de que as formas "arcaicas" de produção e a baixa produtividade local representavam um obstáculo ao equilíbrio econômico nacional. No entanto, essa perspectiva era marcada por uma dualidade: embora vissem o Nordeste como um entrave, também o enxergavam como um território com grande potencial para desenvolvimento econômico e modernização. Segundo essa visão, se as terras e recursos fossem devidamente explorados, poderiam gerar oportunidades lucrativas e expansão de mercados. (Rangel, 2000, p. 6). Contudo, é importante notar que esse interesse pelo desenvolvimento da região não significava um compromisso com a redução das desigualdades sociais e econômicas que afetavam a

população local. A preocupação dos industriais e da burguesia estava focada mais no crescimento econômico e na integração do Nordeste ao circuito produtivo capitalista, sem que isso necessariamente implicasse na melhoria das condições de vida das camadas populares. O objetivo não era promover uma verdadeira justiça social, mas sim maximizar o potencial econômico da região para atender às suas próprias necessidades de expansão e lucro. (Rangel, 200, p. 6)

Nesse cenário de contradições, as tensões sociais se intensificavam. Enquanto o discurso oficial falava em modernização e desenvolvimento, na prática, a população camponesa continuava à margem desses processos, enfrentando a opressão dos grandes proprietários de terra e a crescente repressão estatal. A luta por direitos e reforma agrária ganhava força no campo, com as Ligas Camponesas emergindo como um dos principais movimentos de resistência e organização política. Por meio de suas ações, os(as) camponeses(as) buscavam garantir não apenas a redistribuição de terras, mas também melhores condições de vida e trabalho. (Aued, 1981, p. 64)

Compreender essa conjuntura é necessária para entender como o Nordeste se tornou um campo de conflitos sociais e políticos, envolvendo tanto a luta de classes quanto às disputas por poder entre os diferentes atores sociais. Ao longo do capítulo iremos discutir a formação e as ações das Ligas Camponesas e de seus(as) líderes, que tiveram um papel central na história de resistência camponesa no Brasil.

As tensões sociais, descritas por Norbert Elias em seu conceito de configuração, geram transformações estruturais justamente quando atingem uma intensidade crítica dentro da rede de interdependências sociais. As Ligas Camponesas exemplificam esse processo ao desafiar o poder dos latifundiários e provocar rupturas na ordem fundiária estabelecida. Conforme Elias afirma:

Isso origina, na rede de pessoas, grupos funcionais e nações interdependentes, tensões cuja natureza e intensidade podem diferir amplamente, mas que sempre têm uma estrutura muito clara, passível de uma descrição bastante precisa. E são as tensões desse tipo que, ao atingirem certa intensidade e estrutura, geram um impulso por mudanças estruturais na sociedade (Elias, 1994, p. 37).

Nesse contexto, a organização das Ligas promoveu um confronto entre as forças conservadoras e os movimentos de transformação, gerando um impulso por mudanças sociais e políticas no campo brasileiro. Levando em conta esse cenário de lutas e resistências, destaca-se o movimento da Liga Camponesa do Engenho da Galiléia, localizado em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, teve início no ano de 1955 e é considerada a primeira Liga a ser de fato chamada por essa denominação. No engenho Galiléia, as condições eram precárias.

O local era conhecido como "fogo morto", um termo que indicava que a produção de açúcar tinha acabado. Segundo Silva (2014, p.1), nesse Engenho viviam cerca de 140 famílias, e essas famílias, denominadas de foreiros¹, pagavam um aluguel ao proprietário das terras, Oscar Beltrão, o que lhes permitia residir e cultivar no engenho.

De acordo com Martins (1981, p. 65), durante e após o fim da Segunda Guerra Mundial, especialmente de 1939 a 1945, a indústria canavieira voltou a crescer e consequentemente houve um gradativo aumento da demanda por terras para a instalação de usinas, causando a perda de espaços para as famílias, que também perderam tempo e recursos para o cultivo de subsistência, o que aumentou a pressão e a insatisfação entre os(as) moradores(as). Na época, alguns proprietários de terras que tinham se mudado para os centros urbanos voltaram a se dedicar à agricultura ou aceitaram ofertas mais vantajosas das usinas para suas terras, o que levou à expulsão dos foreiros. Estes foram compensados financeiramente ou apenas tiveram acesso temporário às lavouras. Em certos casos, as usinas permitiram que os foreiros permanecessem em seus sítios, desde que destruíssem seus pomares e se tornassem produtores de cana. Veloso (2005) ressalta que essa expansão das usinas efetuou um papel crucial na formação das Ligas Camponesas, ao intensificar as dificuldades enfrentadas pelos foreiros e suas comunidades.

Ainda em 1955, foi criada a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) pelos foreiros que viviam no engenho da Galileia. De acordo com Silva (2014), a associação tinha objetivos beneficentes, voltados para o bem-estar da comunidade, atendendo as necessidades do cotidiano das famílias, como auxiliar com enterros, educação das crianças, além de fornecer ajuda jurídica e médica à comunidade. Oscar Beltrão, proprietário do engenho, conforme relata Rangel (2000), em um primeiro momento se mostrou favorável à criação da associação, assim, ele não teria mais a responsabilidade de prestar assistência aos foreiros nos casos citados acima. Nesse contexto, ele aceitou ser o presidente de honra da associação. No entanto, sua posição mudou após consultar seu filho, João Beltrão, que pretendia usar as terras para criação de gados, uma atividade que em sua visão seria mais lucrativa que manter os foreiros ocupando as terras.

Além disso, João Beltrão via a ideia de criar a Associação com suspeitas, relacionando-a a ideias comunistas, que eram vistas com desconfianças. Com isso, Oscar Beltrão pediu o encerramento imediato da associação. Como os membros da associação não atenderam a ordem, foram ameaçados de expulsão das terras. Assim, deu-se início ao

¹ Conforme aponta Silva (2014), foreiras eram as famílias que tinham que pagar um aluguel, chamado de “foro”, anual ao proprietário das terras.

movimento que seria a Liga Camponesa do Engenho da Galileia. (Veloso, 2005, p. 222) Com a ameaça de expulsão, o advogado Francisco Julião, que também era Deputado Estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e uma das figuras mais importantes das ligas camponesas, passou a representar os(as) trabalhadores(as) do engenho. Reconhecido por sua capacidade de articulação e por seu entendimento das questões agrárias, Julião se dispôs a representar legalmente os foreiros, assumindo a defesa de suas reivindicações e garantindo que seus direitos fossem respeitados diante das ameaças que enfrentavam. Segundo Martins (1981), Julião percebeu que era mais viável estruturar uma organização da sociedade civil do que um sindicato, porque para existir um sindicato, era necessário o reconhecimento do próprio Ministério do Trabalho.

Em 1959, os foreiros conseguiram a primeira vitória do movimento, que foi a desapropriação das terras do Engenho da Galiléia e adotou o nome de Liga Camponesa, pois era assim que a imprensa de Pernambuco se referia a essa comunidade organizada no engenho. Esse foi um momento histórico, pois representou a primeira grande conquista do movimento, demonstrando que a organização e a resistência poderiam, de fato, levar a mudanças concretas na vida dos(as) trabalhadores(as) rurais. A desapropriação não apenas garantiu que as famílias pudessem continuar a viver e a cultivar nas terras que ocupavam, mas também sinalizou para outros(as) trabalhadores(as) rurais que a luta pela reforma agrária era possível e viável.

Na Paraíba, o início do movimento que se tornaria as Ligas Camponesas de Sapé tem origem em uma iniciativa liderada por João Pedro Teixeira, um personagem importante na luta pelos direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais da região. De acordo com Aued (1981), essa trajetória começou em 1954, no quintal de João Pedro, que, percebendo as condições precárias que os(as) trabalhadores(as) enfrentavam, reuniu-os em torno dessa causa comum.

O contexto social e econômico da região de Sapé-PB, situada na zona da mata paraibana, antes da formação da Associação que viria a se tornar a Liga Camponesa de Sapé, era marcado por profundas desigualdades e uma relação de dependência entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terras. Segundo Targino et al. (2011), a economia local era baseada na agricultura, com ênfase no cultivo e comercialização da cana-de-açúcar, uma atividade que demandava intensa exploração da mão de obra. Mesmo após a abolição da escravidão, muitos(as) trabalhadores(as) negros(as) permaneceram nas fazendas, sem alternativas possíveis para melhorar suas condições de vida.

Esses(as) trabalhadores(as), agora denominados moradores(as)² das terras, viviam em

² Segundo Targino et al. (2011), moradores era o termo utilizado no contexto rural brasileiro para designar trabalhadores que, após a abolição da escravidão, continuaram a viver e trabalhar nas terras dos proprietários,

uma situação de extrema dependência econômica dos latifundiários, que controlavam não apenas os meios de produção, mas também outros aspectos da vida cotidiana dessas famílias, como moradia e subsistência. Essa relação de poder e exploração criou um ambiente propício para o surgimento de movimentos de resistência, como a Liga Camponesa de Sapé, que buscava organizar os(as) trabalhadores(as) para lutar contra a opressão e reivindicar seus direitos em um cenário marcado pela desigualdade social e pela concentração fundiária. (Targino et. al., 2011, p. 87)

Esse movimento logo teve com represálias, tanto por parte dos grandes proprietários de terras, como por policiais que atuavam em defesa dos interesses dos latifundiários. A consequência dessas perseguições foi a dissolução do grupo, demonstrando o poder daqueles que se opunham às mudanças propostas pelos(as) trabalhadores(as). Após esse período em que o grupo estava desfeito, o movimento retornou com mais força e organização em 1958. (Aued, 1981, p. 25)

Essa volta foi marcada por uma nova estratégia, que pretendia garantir a continuidade e a expansão da busca por direitos dos(as) trabalhadores(as). João Pedro compreendeu que, para enfrentar aqueles que não concordavam com seus ideais, seria necessário adotar uma abordagem mais estruturada e institucional. Assim, buscou institucionalizar a luta camponesa, operando dentro dos limites da legalidade da época. Essa mudança de postura foi considerada importante para o fortalecimento do movimento, porque permitiu que os(as) trabalhadores(as) rurais se organizassem de maneira mais formal. (Aued, 1981, p. 26)

Com essa nova estratégia, o movimento gradativamente começou a ganhar visibilidade e a atrair o interesse da imprensa local, além de contar com figuras consideradas importantes presentes na primeira reunião do grupo. Segundo Aued (1981), estavam presentes o padre, o juiz e o médico de Sapé nesse primeiro encontro. A presença dessas autoridades locais conferiu uma legitimidade ao movimento, demonstrando que a luta dos(as) camponeses(as) não era apenas uma questão de confronto, mas que poderia ter um diálogo com setores diferentes da sociedade.

Foi nesse contexto que a Associação dos Trabalhadores Rurais de Sapé foi criada. A presidência da associação foi oficialmente atribuída a Severino Barbosa, uma liderança considerada respeitada entre os trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, conforme destacado por Aued (1981), a liderança considerada verdadeira e o comando das ações continuaram sob a responsabilidade de João Pedro Teixeira. João Pedro permaneceu à frente das decisões e das diretrizes do movimento, guiando os(as) camponeses(as) nos períodos futuros.

geralmente em condições precárias e sob forte dependência econômica. Esses trabalhadores permaneceram atrelados aos latifundiários, muitas vezes recebendo remuneração insuficiente.

A criação da Associação dos Trabalhadores Rurais de Sapé representou um avanço considerado significativo na organização dos(as) trabalhadores(as) rurais da região, porque permitiu que as demandas camponesas fossem articuladas de forma mais coesa e estruturada. Essa organização institucionalizada proporcionou aos(as) camponeses(as) uma condição para negociar e reivindicar seus direitos de maneira mais efetiva, além de servir como um canal para a mobilização e a admissão de novos membros. Sob a liderança de João Pedro Teixeira e a ajuda de outros(as) que ele considerava como companheiros(as), a Liga Camponesa de Sapé consolidou-se como um dos principais movimentos sociais na luta pela reforma agrária no Brasil, influenciando outras regiões e contribuindo no que eles enunciavam como fortalecimento da resistência camponesa em todo o país. (Aued, 1981)

A Associação dos Trabalhadores de Sapé, que mais tarde se tornou a Liga Camponesa de Sapé, segundo Veloso (2005), chegou a aproximadamente treze mil membros, mas há uma variedade de versões quanto a esses números. Nesse contexto de ressurgimento dentro da legalidade, a Associação, inspirada pela Liga da Galileia, buscava prestar assistência aos camponeses, além de defender os arrendatários, pequenos proprietários agrícolas e assalariados da região. Conforme aponta Veloso (2005), a Associação tinha ligações com políticos no meio urbano, o que de certa forma protegia os(as) membros(as) da Associação de serem violentados com as ações autoritárias dos latifundiários. Mas não significava que não havia violência e/ou perseguições contra os(as) camponeses(as).

A criação das Ligas Camponesas em Sapé, como destacado por Targino et al. (2011), exigia a manutenção de uma presença ativa e o desenvolvimento de estratégias eficazes para garantir a continuidade e a força do movimento. Dentre essas estratégias, destacam-se os comícios e passeatas, que se tornaram atos para atrair os(as) trabalhadores(as) rurais às ligas e criar oportunidades para elucidar os objetivos do movimento.

Outra dimensão da atuação das Ligas foi o protesto contra a prática do "cambão"³, com manifestações que visavam negociar diretamente com os proprietários pela abolição dessa forma de exploração. A assistência jurídica também era um dos objetivos das Ligas, embora fosse um desafio devido à falta de uma legislação específica para proteger os(as) trabalhadores(as) rurais, à escassez de advogados dispostos a defendê-los, e à resistência enfrentada junto ao judiciário e à polícia, que na maioria dos casos, não compartilhavam das mesmas ideias e ideais do movimento camponês. (Targino et. al., 2011)

Para além desses serviços, ainda segundo Targino et. al (2011), as Ligas contribuíram para o atendimento dos serviços de saúde, como o Samdu (Serviço de Assistência Médica

³ Os(as) trabalhadores(as) rurais eram obrigados(as) a trabalhar alguns dias da semana sem qualquer remuneração, realizando serviços para os proprietários de terras. Essa prática era chamada de "cambão" (Targino et. al., 2011).

Domiciliar de Urgência), que, embora estivesse inicialmente disponível apenas nos principais centros urbanos na segunda metade do século XX, conseguiu se estabelecer em Sapé graças à mobilização dos(as) camponeses(as). Essa conquista não apenas garantiu a presença do serviço na região, mas também permitiu que a própria comunidade escolhesse os(as) integrantes da equipe de prestadores de serviços de saúde. Além disso, as Ligas promoveram um movimento voltado para a alfabetização dos(as) trabalhadores(as) rurais em Sapé, na qual a alfabetização estava diretamente ligada ao exercício do direito de voto, pois apenas aqueles que eram alfabetizados podiam participar do processo eleitoral.

Na década de 1960, na Paraíba, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) implementou um plano para a alfabetização das mulheres do campo, especialmente a partir de 1963. O objetivo era capacitar essas mulheres para que pudessem, em suas próprias casas, alfabetizar seus pais e outros familiares. A CEPLAR adotou o método de Paulo Freire⁴, conhecido por seu enfoque crítico e participativo na educação. Além dessas mulheres, outros(as) educadores(as) considerados(as) destacados(as) contribuíram para a causa, “como Maria Celeste Vidal, entre as Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão” (CALLADO, 1980, p. 68; ABREU E LIMA, 2005, p. 71 apud Silva, 2014, p. 7) e Ophélia Amorim, da Liga de Campina Grande (XAVIER, 2010, p. 13 apud Silva, 2014, p. 7). Outros(as) líderes também participavam como educadores(as), como Elizabeth Teixeira e outras pessoas, como podemos ver a seguir:

Alguns líderes das Ligas eram reconhecidos não só como organizadores ou mobilizadores, mas também como educadores. João Pedro Teixeira, Pedro Inácio Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba), que eram líderes na Liga de Sapé, recebiam este reconhecimento (XAVIER, 2010, p. 59 apud Silva) O próprio Julião era visto como alguém que, com sua atuação, ensinava aos camponeses (SOUZA, 1996, p.37 apud Silva, 2014, p. 7)

A atuação educacional desses(as) líderes reforçava a força do conhecimento, sobretudo no contexto das Ligas Camponesas. Ao disseminarem noções sobre direitos, reforma agrária e resistência, eles buscavam alertar os(as) trabalhadores(as) rurais, mostrando que a alfabetização e a consciência política eram armas contra a opressão.

Outro objetivo central das Ligas Camponesas era a reforma agrária. Em 1960, Francisco Julião, em sua *Cartilha do Camponês*, expressou a expectativa em relação a esse movimento, afirmando: “E a Reforma Agrária toma corpo. Ela já está na cabeça de todo mundo. Tu dormes pensando nela, camponês. E o latifúndio também. Tu sabes que ela virá,

⁴ O método Paulo Freire consiste em alfabetizar os(as) alunos(as) a partir da realidade em que eles(as) estão inseridos(as) para que possam compreender o mundo. 2014, p. 7).

mais cedo, se te unires sem demora ao teu irmão” (Julião, 1960, p. 4). Esse trecho demonstra as expectativas quanto à necessidade de mudanças estruturais na distribuição de terras. De acordo com Targino et al. (2011), essa expectativa se radicalizou após a morte de João Pedro Teixeira em 1962. A viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira, emergiu como uma liderança influente após a perda do marido, seguindo a linha de pensamento mais combativa de Julião e mobilizando os(as) trabalhadores(as) rurais em torno da luta pela reforma agrária.

As Ligas Camponesas também abrangiam a luta pelos direitos trabalhistas e a criação de sindicatos, tema que gerava controvérsia. Os sindicatos foram estabelecidos com o objetivo de legitimar as ações das Ligas dentro da legalidade, mas tiveram a influência tanto do Partido Comunista quanto da Igreja Católica, que buscavam moderar a visão mais radical de Julião, visão essa com a qual Elizabeth concordava. (Targino et. al. 2011)

Além disso, as Ligas também procuraram apoio externo para a manutenção dos movimentos. Um desses apoios veio da imprensa, especialmente da Associação de Imprensa Paraibana⁵, que tendo pessoas que participavam dos jornais da Rádio Tabajara e no jornal *A União*, denunciavam as violências praticadas pelos proprietários de terras contra os(as) camponeses(as). Além destes, o movimento também estabeleceu laços com movimentos estudantis, motivados por uma afinidade ideológica, política e pela inspiração na Revolução Cubana. Buscaram também se aproximar dos movimentos sociais urbanos, realizando passeatas frequentes em João Pessoa, principalmente nos fins de semana. (Targino et. al. 2011).

Esse cenário de apoio externo e alianças foi considerado importante para sustentar as mobilizações descritas por Martins (1981), que destaca que as Ligas organizaram trabalhadores em processo de transição para o assalariamento, lutando por direitos como a sindicalização e por uma política de desenvolvimento econômico no Nordeste. A atuação das Ligas Camponesas, especialmente na Paraíba e em Pernambuco, representou um momento decisivo na luta pela terra e pelos direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais no Brasil, colocando o campesinato no centro das disputas políticas e sociais da época.

A partir desse cenário, no subtópico seguinte, serão abordadas as relações entre as Ligas, a Igreja e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), destacando como essas organizações,

⁵“De 1960 em diante, a API começou a entender que existia o compromisso implícito com outras categorias, como os trabalhadores do campo. Orientados por lideranças como Assis Lemos, Francisco Julião, Malaquias Batista, Jório Machado, Adalberto Barreto, os camponeses eram conscientizados no sentido de se unirem numa associação de classe, ou seja, as Ligas Camponesas. Com uma participação significativa na organização dessas Ligas, a API já começava a ser olhada com certa desconfiança pelas classes dominantes, a exemplo dos usineiros, quase sempre unidas às elites militares.” (Associação de Proteção e Assistência aos Insuficientes, s.d.). Para mais informações: <https://apipb.com.br/>

com interesses próprios, se aproximaram do movimento camponês e de como se configuram essas forças.

2.2 Ações políticas do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica

As Ligas Camponesas contaram com a atuação de diferentes grupos e instituições que influenciaram diretamente seu desenvolvimento. Entre eles(as), a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tiveram participação significativa na organização e nas mobilizações dos(as) trabalhadores(as) rurais. Antes do surgimento das Ligas Camponesas no Engenho da Galiléia, em Pernambuco, na década de 1950, já havia iniciativas de organização dos(as) trabalhadores(as) rurais no Brasil. De acordo com Aued (1981, p. 12), na década de 1940, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi responsável pela criação das primeiras Ligas Camponesas, que são consideradas precursoras das Ligas do Engenho da Galiléia-PE e de Sapé-PB. No entanto, com a cassação do PCB em 1947, essas iniciativas sofreram forte repressão. O partido foi declarado ilegal, e suas atividades passaram a ser perseguidas, tanto por fazendeiros, que viam nas ligas e no PCB uma ameaça aos seus interesses, quanto pelas forças policiais, que atuavam em defesa dos proprietários de terras, buscando suprimir qualquer forma de organização que pudesse desafiar a ordem estabelecida (Aued, 1981).

O PCB era o partido político que se destacava na mobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais, buscando unir suas demandas por direitos e melhores condições de vida. Essas primeiras ligas, apesar de embrionárias, já demonstravam o potencial de mobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais e a capacidade de questionar a estrutura agrária vigente, que concentrava a terra nas mãos de poucos proprietários e mantinha a maioria da população rural em condições de extrema pobreza e exploração (Aued, 1981).

Esse crescente movimento de organização e mobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais, impulsionado também pelo PCB, ganhou ainda mais visibilidade com a contribuição de jornalistas como Antônio Callado. Rangel (1981) destaca a importância das reportagens de Callado sobre a situação no Nordeste, que atuaram na conscientização pública e no debate sobre os desafios enfrentados pela região. As análises de Callado, ao expor as realidades sociais, econômicas e políticas do Nordeste, tiveram um impacto considerado significativo, especialmente no meio político. Suas observações detalhadas e críticas não apenas revelaram as desigualdades regionais, mas também influenciaram a percepção da urgência de reformas, como a agrária, e de políticas voltadas ao desenvolvimento e à inclusão social no Nordeste. A

repercussão de seu trabalho influenciou discussões políticas que dialogavam diretamente com os interesses e as lutas das Ligas Camponesas (Rangel, 2000).

O debate no Senado Federal, em 1959, por exemplo, foi dividido em quem apoiava as denúncias feitas por Callado, como o Senador Mem de Sá, gaúcho, integrante do Partido Liberal, que discursou em favor de uma reestruturação agrária e o implemento do desenvolvimento industrial em favor do desenvolvimento agroindustrial no Nordeste. Diferente dele, o Senador pernambucano, Novais Filho, usou em seu favor o fato de ser nordestino para desmoralizar as reportagens de Callado, acusando-o de ter sido influenciado por Francisco Julião (comunista) e de que suas reportagens iriam causar um conflito desnecessário na, segundo ele, harmoniosa relação entre os(as) trabalhadores(as) rurais e os proprietários de terras. Os proprietários de terras também demonstraram seus descontentamentos por meio de um telegrama enviado a Novais Filho sobre as reportagens de Callado (Rangel, 2000).

Essa tensão entre os interesses dos(as) trabalhadores(as) rurais, dos grandes proprietários, dos partidos políticos e do envolvimento da Igreja Católica é aprofundada na análise de José de Souza Martins em *Os Camponeses e a Política no Brasil* (1981). Martins examina a trajetória dos movimentos camponeses desde o período colonial e critica o papel ambíguo dos partidos políticos, como o PCB, e da Igreja Católica. Segundo Martins, embora esses atores aparentassem apoiar os movimentos camponeses, eles acabaram prejudicando a causa. Ele argumenta, inclusive, que o PCB representou um obstáculo à revolução camponesa no país, impedindo um avanço mais radical nas lutas por reforma agrária (Martins, 1981).

Essa perspectiva foi posteriormente questionada por outros estudiosos, como Leonardo dos Santos Soares, que em 2006 publicou o artigo intitulado "Revolução e Inocência: o perfil político do campesinato brasileiro por José de Souza Martins", no qual contesta a interpretação de Martins sobre o papel do PCB no contexto dos movimentos camponeses. Segundo Soares (2006), a análise de Martins, ao enfatizar a fragilidade dos(as) camponeses(as) diante dos partidos políticos, acaba por reduzi-los a pessoas que eram inertes, que desconheciam seu próprio poder político e, ao serem cooptados pelos partidos, teriam perdido sua autonomia.

No entanto, Soares (2006) argumenta que os movimentos camponeses já possuíam uma força significativa antes da intervenção dos partidos e que, longe de enfraquecer a luta dos(as) trabalhadores(as) rurais, o PCB foi um aliado importante, contribuindo tanto na organização cotidiana quanto na formulação de estratégias políticas que potencializaram as reivindicações dos(as) camponeses(as).

A participação do Partido Comunista na criação das primeiras Ligas Camponesas sofreu um contratempo com a cassação do PCB em 1947. Com a ilegalidade do partido, as iniciativas embrionárias de organização dos(as) trabalhadores(as) rurais enfrentaram a repressão, que desmobilizou o movimento. A perseguição sistemática resultou no enfraquecimento dessas primeiras Ligas, impossibilitando sua sustentação. Esse contexto marcou o fim da primeira tentativa organizada de estruturar um movimento de trabalhadores(as) rurais no Brasil. Apesar de breve, essa experiência foi crucial, pois serviu de aprendizado e inspiração para as Ligas Camponesas que emergiram na década de 1950.

Rangel (2000) destaca que, ao longo da década de 1950, a Igreja Católica começou a se envolver cada vez mais nas questões relativas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Um momento crucial nesse processo ocorreu em 1956, em Campina Grande, durante o Encontro dos Bispos do Nordeste. Nesse evento, foram elaboradas resoluções que propunham melhorias para a região e que foram encaminhadas ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek. A Igreja, representada pelos bispos, também colaborou com economistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) na formulação de um plano que buscava maior intervenção do Estado nas questões sociais e econômicas do Nordeste, visando enfrentar as desigualdades e promover o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, a partir de 1950, as declarações da Igreja Católica começaram a ser guiadas por uma carta pastoral elaborada por Dom Inocêncio Engelke. Nesse documento, ele enfatizava a necessidade de o Governo Federal implementar um programa voltado para o desenvolvimento e modernização da indústria agrícola. A carta também expressava preocupação com os movimentos camponeses que buscavam uma revolução. Assim, as orientações da Igreja procuravam equilibrar a luta pelos direitos trabalhistas dos(as) camponeses(as) com a defesa do direito à propriedade privada dos proprietários de terras.

A autora também destaca “[...] que não existe, entre aqueles que compunham a igreja, uma homogeneidade de pensamento [...]” (Rangel, 2000. p. 14). Ou seja, isso significa que, apesar de algumas lideranças eclesiais aderirem com as causas dos(as) trabalhadores(as) rurais e buscarem soluções conjuntas com o Estado, outras adotavam posturas mais conservadoras, refletindo as tensões internas e a diversidade de opiniões dentro da própria instituição. Essa pluralidade de posições dentro da Igreja influenciou de forma significativa o modo como as questões agrárias e sociais foram abordadas durante esse período, demonstrando que a Igreja não atuava como uma instituição de apenas um ideal, mas sim como uma instituição complexa com múltiplas vozes e perspectivas (Rangel, 2000).

Essas disputas ressurgiram anos depois, durante a ditadura militar, com a criação da

Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma entidade vinculada a religiosos influenciados pela Teologia da Libertação. Segundo Mitidiero Junior (2012), “[...] a CPT se configurou como uma organização que incentivou a luta pela reforma agrária e pela justiça social no campo [...]” (Mitidiero Junior, 2012, p. 1). Dessa forma, a CPT teve um papel importante na continuidade das mobilizações por direitos agrários e sociais, mesmo em um contexto de repressão política e disputas religiosas e políticas internas.

Em 1980, após a aprovação na 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é publicado o documento intitulado “Igreja e Problemas da Terra”, um marco importante no posicionamento da Igreja Católica em relação às questões agrárias no Brasil. O documento reflete uma mudança na postura da Igreja em relação às questões sociais, especialmente no que diz respeito à terra e aos direitos dos(as) trabalhadores(as) rurais. Nele, a Igreja destaca as dificuldades enfrentadas por aqueles(as) que vivem e trabalham no campo. O texto também aborda a concentração fundiária e a necessidade de uma reforma agrária mais justa, propondo uma atuação mais engajada da Igreja em apoio aos movimentos sociais que defendiam a redistribuição de terras. (Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1980)

A aliança entre a Igreja Católica e o Estado, impulsionada pelo objetivo comum de conter os avanços comunistas nos movimentos rurais, conferiu à Igreja uma posição de autoridade significativa. Contudo, a composição interna da Igreja, que incluía membros mais sensíveis às demandas dos(as) camponeses(as) e outros que buscavam equilibrar os interesses dos proprietários de terras com os dos(as) trabalhadores(as) rurais, resultou na dissociação da reforma agrária da imagem de ideologia comunista. Gradualmente, a reforma deixou de ser percebida como uma ameaça e passou a ser vista como uma oportunidade para o desenvolvimento econômico do país (Rangel, 2000)

A Igreja Católica, nesse contexto, encontrava-se em uma posição em que ela estava tentando equilibrar duas frentes opostas: de um lado, a defesa da propriedade privada, que era relevante para manter sua relação com as elites agrárias; de outro, a necessidade de responder às demandas crescentes dos(as) camponeses(as), que buscavam reforma agrária e condições mais favoráveis de existência. O temor da “ameaça comunista”, forçava a Igreja a adotar uma postura cautelosa. Rangel (2000) explora essa tensão ao destacar a atuação de figuras como Dom Hélder Câmara, um bispo que, embora tivesse que lidar com o conservadorismo interno da Igreja, propôs a possibilidade de ceder algumas das terras da instituição para a reforma agrária. Essa ação não apenas visava garantir dignidade aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, oferecendo-lhes terras para viver e trabalhar, mas também tinha um objetivo

estratégico: ao implementar essa concessão, a Igreja esperava neutralizar a influência comunista nas áreas rurais.

A reforma agrária, vista por setores progressistas da Igreja como uma necessidade social e moral, era uma forma de mediar o conflito agrário e evitar que os(as) camponeses(as) fossem atraídos pelos ideais comunistas, que ganhavam força em meio à insatisfação com as desigualdades no campo. A atuação da Igreja, nesse sentido, pode ser entendida como uma tentativa de buscar soluções que atendiam parcialmente às demandas populares sem romper completamente com as estruturas conservadoras que sustentavam seu poder. (Rangel, 2000)

A relação entre patrões, camponeses e a Igreja Católica nos engenhos da Paraíba refletia uma estrutura de poder enraizada nas tradições senhoriais, como aponta Rangel (2000). A Igreja, atuando como aliada do poder dos grandes proprietários de terra, tinha a função central na manutenção dessa hierarquia, pregando uma doutrina que reforçava a submissão dos(as) camponeses(as):

Essa Igreja, plenamente conivente com o poder senhorial pregava aos trabalhadores obediência, humildade e sacrifício, usando como exemplo a vida de Cristo. E se a vida de Cristo, pela sua humildade, pela sua obediência ao Pai, deveria ser modelo para as atitudes e a moral cotidianas, o compadrio se tornou um modelo que, inspirado nessa lógica pai generoso/filho obediente, reforçava as relações pessoais, acentuando a dependência dos moradores aos seus senhores. Essa longa tradição explica por que a religião era no universo do engenho, como exercício de autoridade, que por sua vez, legitimava a autoridade dos senhores. (Rangel, 2000, p. 297).

Nesse contexto, consolidava ainda mais as relações de dependência entre os(as) moradores(as) e seus patrões. Baseada na ideia de uma relação paternalista, no qual o senhor seria um "pai generoso" e o camponês um "filho obediente", essa dinâmica reforçava a ideia de que a autoridade dos senhores era natural e justa. A Igreja, ao apoiar essas relações, não apenas exercia sua própria autoridade, mas também buscava fornecer legitimidade espiritual e moral ao poder dos donos das terras, criando uma ligação entre poder religioso e poder econômico.

Essa aliança entre a Igreja e os senhores de engenho tinha implicações na vida cotidiana dos(as) camponeses(as). A religião, longe de ser apenas um aspecto espiritual, era uma ferramenta de controle social, que moldava o comportamento dos(as) trabalhadores(as) e reforçava a aceitação da ordem estabelecida. Rangel (2000) mostra que essa longa tradição de submissão religiosa explicava em parte a dificuldade dos(as) camponeses(as) em romper com as amarras do sistema senhorial e se organizar de forma autônoma. A Igreja, ao mediar entre

patrões e trabalhadores, ajudava a manter o sistema de dominação no campo paraibano.

A relação entre a Igreja, as Ligas Camponesas e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) pode ser discutidas a partir do conceito de configuração de Norbert Elias, que destaca a interdependência entre indivíduos e grupos dentro das relações que permeiam a sociedade e configuram organizações e movimentos sociais. Para Elias, a sociedade é composta por uma rede de relações entrelaçadas, onde as ações de cada grupo ou atores sociais dependem e influenciam as ações dos outros.

Norbert Elias destaca:

É apenas por estar o comportamento relativamente livre da determinação por mecanismos hereditários, pela transformação gradativa e desigual da chamada auto-regulação ‘instintiva’ na chamada auto-regulação ‘psíquica’ do organismo em relação aos outros, que as regularidades ou leis nascidas do entrelaçamento e da interdependência dos indivíduos assumem sua plena força. (Elias, 1994, p. 33)

Sob essa perspectiva, a Igreja, o PCB e as Ligas não podem ser entendidos isoladamente, quando diz respeito ao movimento camponês, mas como partes de uma configuração mais ampla que molda suas interações e estratégias de mobilização social. As relações entre a Igreja, o PCB e as Ligas ilustram como suas ações, embora diferentes, estavam interligadas por essa rede de interdependências.

Ao pensar nos entrelaçamentos dessas três instituições — a Igreja, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas —, cada uma tinha seus próprios interesses e formas de agir para alcançar seus respectivos objetivos na organização política e social, bem como respectiva disputa de base social. No entanto, enquanto partes da sociedade, suas relações de solidariedade e disputa eram interdependentes e conjuntas em determinados contextos e situações históricas.

2.3 Repressão às Ligas e Morte de João Pedro Teixeira

A repressão às Ligas Camponesas intensificou-se à medida que o movimento ganhava força e passava a representar uma ameaça aos interesses dos grandes latifundiários e das elites políticas locais. Com o apoio de setores conservadores, as autoridades governamentais e militares iniciaram uma série de perseguições contra seus líderes e militantes.

Na década de 1960, as Ligas Camponesas, conforme destaca Silva (2014), ganharam

notoriedade nacional, tornando a década em um marco para o futuro do movimento. Após o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que promoveu por meio de políticas públicas a industrialização e desenvolvimento urbano, as tensões no campo aumentaram devido à concentração fundiária e à exploração agrária. A eleição de Jânio Quadros em 1960 gerou expectativas de mudanças, mas sua renúncia em 1961, após apenas sete meses no cargo, agravou a crise política. Seu sucessor, João Goulart, assumiu em um cenário de forte polarização, que intensificou os conflitos rurais, especialmente nas áreas onde as Ligas Camponesas estavam mais organizadas, como na Paraíba. Esse ambiente de instabilidade contribuiu para o crescimento da repressão ao movimento, culminando em episódios como o assassinato de João Pedro Teixeira em 2 de abril de 1962, líder camponês, e a subsequente perseguição às Ligas Camponesas de maneira acentuada na Paraíba e nos demais estados do Nordeste, como Pernambuco. (Silva, 2014)

Como aponta Aued (1981), havia uma disputa sobre os rumos que o movimento camponês deveria seguir. No centro dessa controvérsia, estavam Francisco Julião e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que competiam pela narrativa e pelo controle das Ligas. Julião, com sua postura mais radical, defendia a reforma agrária com a convicção de que as mudanças deveriam ocorrer de forma imediata e efetiva, promovendo o lema "Reforma agrária, na lei ou na marra". Por outro lado, o PCB buscava uma via mais moderada e parlamentar para alcançar esse mesmo objetivo, defendendo a reforma agrária dentro da legalidade e do sistema político vigente.

Rangel (2000) ressalta como João Pedro Teixeira, em sua liderança, buscou conciliar essas divergências políticas. Ele promoveu um momento de confluência entre as influências do PCB e dos julianistas em Sapé, tentando unir forças em torno de um objetivo comum: a luta pela reforma agrária. Antes da morte de João Pedro, a violência contra os camponeses e camponesas já era uma constante no cotidiano desses(as) trabalhadores(as). Targino et al. (2011) relatam que a repressão aos trabalhadores(as) rurais começou a se manifestar com os proprietários de terras tentando desautorizar e intimidar as famílias, sobretudo os homens, a não se filiarem às Ligas Camponesas. Essa tentativa de controle sobre os(as) trabalhadores(as) era um reflexo da ameaça que o movimento camponês representava para os latifundiários, que viam na organização coletiva dos camponeses um perigo à manutenção de seu poder e privilégios.

Apesar das ameaças, a proibição de filiação às Ligas não foi suficiente para frear o envolvimento dos(as) camponeses(as). Muitos(as) continuaram em 1961, a se organizar, reconhecendo na luta pela reforma agrária um caminho para melhores condições de trabalho.

Como consequência, os(as) trabalhadores(as) enfrentaram retaliações. A violência se manifestava não apenas em ameaças verbais, mas também em agressões físicas, invasões de terras, destruição de plantações e expulsões forçadas. Conforme Targino et al. (2011), a violência dirigida contra os camponeses(as) tomava diversas formas, sendo as mais comuns as tentativas de cooptação, prisões arbitrárias, agressões físicas e, em muitos casos, assassinatos. Esses atos de violência tinham como objetivo desarticular o movimento camponês e impedir que as Ligas Camponesas ganhassem mais força e adesão entre os(as) trabalhadores(as) rurais. A cooptação, em particular, era uma das estratégias utilizadas pelos grandes proprietários e usineiros, que buscavam neutralizar as lideranças camponesas, oferecendo-lhes vantagens econômicas ou cargos, na tentativa de enfraquecer o movimento por dentro.

Um exemplo claro dessa estratégia de cooptação pode ser visto abaixo no depoimento de Manoel Henrique Dantas, que revela como Renato Ribeiro Coutinho, um influente usineiro da região, tentou cooptar João Pedro:

Aí, Renato Ribeiro disse: “É, pra acabar com isso, o terreno, lá, eu mando passar o papel e o terreno é seu; o sítio, se desvanecer”. E ele: “Não, eu prometi que ia até a morte, nessa luta”. Aí ele disse: “Acaba com isso, que eu dou logo esse terreno pra você; passo agora o terreno pra você; a escritura, para a terra ficar pra você (Manoel Henrique Dantas, apud Van Ham et. al., 2006, p. 300).

De acordo com Van Han (2006) Renato Ribeiro Coutinho, ao perceber a crescente influência de João Pedro entre os(as) trabalhadores(as) rurais e a influência das ligas, tentou oferecer-lhe uma posição de destaque, buscando explorar o prestígio de João Pedro para suavizar as demandas das Ligas e garantir que a luta camponesa não avançasse em direção a uma reforma agrária mais radical. No entanto, João Pedro, de acordo com os estudos comprometido com a causa camponesa, resistiu a essas tentativas, pois sua luta era pelos direitos dos(as) trabalhadores(as) e pela terra, e não por supostas vantagens pessoais. As prisões de camponeses(as) no contexto das Ligas Camponesas ocorriam de maneira autoritária e eram utilizadas como uma ferramenta de intimidação para enfraquecer o movimento. A polícia, funcionava como um braço armado dos interesses dos proprietários de terras, que viam nas Ligas Camponesas uma ameaça direta à sua hegemonia e poder econômico, como destacado na seguinte passagem: “Procuravam chefes de polícia ou secretários de segurança pública e solicitavam dessas autoridades um empregado bom, daqueles que eram capazes de pegar pobres trabalhadores e rasgarem vivos e comerem cru.” (Van Ham et. al, 2006, 16).

Conduzidas de forma considerada arbitrária, as prisões aconteciam constantemente sem embasamento legal sólido, sendo parte de uma estratégia de controle social e político sobre as populações rurais. Os(as) camponeses(as) foram detidos sob acusações de subversão

ou desobediência. Essas prisões vinham acompanhadas de atos de violência física e psicológica, como espancamentos, tortura e ameaças constantes, tudo isso com o objetivo de desarticular as mobilizações camponesas, impedindo sua participação nas Ligas Camponesas. Há diversos relatos que corroboram a existência dessa aliança entre a polícia e os grandes proprietários de terra, em especial no caso de Manoel Pereira, mais conhecido como "Capa de Aço". Este sargento reformado foi responsável pelo assassinato de Alfredo Nascimento, um líder camponês da fazenda Miriri - Sapé. No dia do crime, camponeses que testemunharam o assassinato reagiram imediatamente e mataram Manoel Pereira a golpes de facão. Esse episódio ilustra a tensão extrema que rodeava as relações entre os(as) trabalhadores(as) rurais e as forças de repressão (Van Ham et al., 2006).

Outro exemplo marcante dessa colaboração entre a polícia e os proprietários de terras foi o estabelecimento de uma unidade policial em Sapé. Essa unidade foi colocada sob o comando do coronel Luiz de Barros, cuja principal missão era perseguir e intimidar os(as) camponeses(as) envolvidos nas Ligas. Barros usava a força policial como uma extensão dos interesses dos proprietários das terras, tentando minar o movimento rural por meio de uma violenta repressão (Van Ham et al., 2006).

Um testemunho marcante de sua brutalidade é dado por José Hermínio Dionísio, que relata a perseguição feita contra Pedro Inácio de Araújo, mais conhecido como Pedro Fazendeiro: “E chegando à cidade, o coronel Luiz de Barros já o esperava, na sede das Ligas Camponesas, para torturá-lo, chegando a rebentar o maxilar e dois dentes” (depoimento de José Hermínio Dionísio apud Van Ham et al., 2006, p. 63). Pedro Fazendeiro foi preso outras vezes e em 1961, ele foi alvo de um atentado, no qual foi baleado três vezes, mas sobreviveu, continuando sua resistência ao lado dos(as) trabalhadores(as) rurais.

No entanto, conforme já foi mencionado, o assassinato que mais abalou as Ligas Camponesas foi o de João Pedro Teixeira. João Pedro, que havia ido a João Pessoa para comprar livros para seus filhos, no caminho de volta foi brutalmente assassinado. Esse crime foi encomendado por Aguinaldo Veloso Borges, um usineiro, proprietário da Usina Tanques em Alagoa Grande - PB, e com forte influência política. Os executores das ordens foram o soldado conhecido como Chiquinho e o cabo Antônio Alexandre, ambos a serviço do usineiro. Rangel (2000) mostra que a morte de João Pedro deixou marcas significativas no movimento camponês e destaca o papel de Elizabeth Teixeira, sua esposa, após a morte do marido:

Sua morte inaugurou um período de extrema violência dos latifundiários, e, internamente de disputas entre julianistas, pecebistas e a Igreja pela hegemonia do movimento. No centro desses confrontos, uma mulher extraordinária: Elizabeth Teixeira. (Rangel, 2000, p. 10).

Apesar da gravidade do crime e do efeito sobre as Ligas, a violência não foi suficiente para sufocar a luta dos(as) camponeses(as). Mesmo diante das perdas e da repressão, o movimento encontrou forças para continuar. Após a morte de João Pedro, Elizabeth Teixeira, assumiu a liderança das Ligas Camponesas de Sapé, mantendo viva a causa pela qual ele havia lutado durante sua trajetória. Elizabeth tornou-se uma figura central na resistência e, com coragem, deu continuidade ao trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, reafirmando o compromisso de lutar por justiça social e pela reforma agrária, mesmo em um cenário de crescente repressão e ameaças. (Rangel, 2000)

Após o golpe militar de 1964, a repressão aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e membros das Ligas Camponesas se intensificou. O regime militar, determinado a dismantlar qualquer forma de organização social que ameaçasse a ordem estabelecida, voltou sua atenção para os líderes das Ligas. Muitos foram presos e perseguidos, incluindo alguns destaques como a própria Elizabeth Teixeira, Assis Lemos, Antônio Fernandes, João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Fazendeiro. (Targino et. al, 2011)

Antonio Fernandes, que exercia o cargo de prefeito de Rio Tinto, e Francisco Assis Lemos, deputado, tiveram seus mandatos políticos cassados. Pedro Fazendeiro e Nego Fuba foram presos e, após deixarem a prisão em João Pessoa no dia 7 de setembro de 1964, desapareceram. Três dias depois, no dia 10 de setembro, o jornal *Correio da Paraíba* relatou a descoberta de dois corpos carbonizados em uma estrada que liga Campina Grande a Caruaru, em Pernambuco. Esses corpos nunca foram identificados oficialmente, mas há fortes indícios de que poderiam ser de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba. Até hoje, as famílias aguardam que os restos mortais sejam reconhecidos e entregues para que possam finalmente dar um enterro digno aos seus entes. (Targino et. al, 2011)

Essas perseguições e mortes não se limitaram a tentativas de conter o movimento em crescimento, mas representaram ações direcionadas contra a organização dos(as) trabalhadores(as) rurais que buscavam melhores condições de vida e direitos. O assassinato de João Pedro Teixeira, uma importante liderança entre os(as) trabalhadores(as) rurais, assim como o desaparecimento de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, exemplifica a dimensão dos conflitos e das dificuldades enfrentadas pelas Ligas Camponesas na década de 1960 pela intensificação dos conflitos no campo e pela repressão a lideranças rurais no nordeste e no Brasil todo.

O período de repressão e violência contra os(as) trabalhadores(as) rurais, marcado por assassinatos e perseguições, teve a reação por meio da resistência das Ligas Camponesas em sua luta por reforma agrária e melhores condições de vida no campo. A morte de lideranças e

o cerco aos movimentos camponeses revelam as tensões existentes entre os interesses dos proprietários de terras e as demandas das populações rurais, bem como as dificuldades enfrentadas na tentativa de organização e mobilização social durante a década de 1960. Esses episódios contribuíram para a desarticulação das Ligas, especialmente após o golpe militar de 1964.

A memória desses acontecimentos, especialmente em relação às articulações entre as Ligas Camponesas, Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro, bem como a perseguição e mortes, traz o aspecto da importância da memóriação. A ação coletiva, pautada pela preservação da memória e pela reivindicação dos direitos do campo, não só resgata as experiências do passado, mas também sustenta as mobilizações presentes e futuras. Ao considerar essa trajetória, pode-se perceber que os eventos de repressão, como a morte de João Pedro Teixeira, são mais do que apenas marcos históricos; são pilares na formação de uma memória coletiva que continua para a compreensão e continuidade das mobilizações no campo.

Refletir sobre as circunstâncias que deram origem às Ligas Camponesas, as violências que enfrentaram e a resistência que demonstraram, é preciso entender como essas memórias são revisitadas e reinterpretadas ao longo do tempo. Essas memórias não são estáticas; elas se transformam à medida que novas gerações se apropriam das narrativas e experiências do passado, incorporando-as em seus próprios contextos e lutas (Bosi, 2006).

No próximo capítulo, abordaremos as questões teóricas relacionadas à memória, com foco em dois conceitos: a memória coletiva e a memóriação. A memória coletiva se refere ao conjunto de lembranças e experiências compartilhadas por um grupo social, que configura sua identidade e sua compreensão do passado. A memóriação, conforme discutido por autores como Átila Tolentino (2018), destaca a relação dinâmica entre memória e ação, enfatizando como as lembranças são constantemente recontextualizadas e reinterpretadas em novos contextos.

3. MEMÓRIA: ANÁLISES E CONCEITO

Neste capítulo, serão discutidos os principais conceitos e estudos relacionados à memória, com ênfase nas suas implicações para as práticas sociais e culturais. A partir de uma análise das pesquisas sobre o tema, discutiremos como diferentes autores abordam a memória, com foco na memória individual e coletiva. Serão examinadas as formas pelas quais as experiências pessoais se entrelaçam com as *memórias* de grupo em um processo dinâmico e contínuo da memória, destacando seu papel na preservação e *configuração* de lutas históricas.

3.1. Breve análise dos estudos sobre Memória

Para compreender como o conceito de memória coletiva será acionado para compreender às Ligas Camponesas no próximo capítulo, é importante, antes, discutir alguns estudos eleitos para essa pesquisa para versar sobre memória nas ciências sociais, isto é, como ela tem sido abordada não apenas pela Sociologia, mas também em outras áreas de pesquisa, como a História, a Psicologia e a Antropologia. Essa perspectiva mais ampla permite ampliar a compreensão para esse estudo sobre as relações entre memória e sociedade a partir das obras escolhidas para a revisão bibliográfica sobre a história e a construção da memória sobre as Ligas Camponesas.

Cada uma dessas áreas oferece perspectivas complementares: enquanto a História enfatiza o papel da memória na construção de narrativas coletivas e no entendimento do passado, a Psicologia explora os mecanismos internos de lembrança e esquecimento; a Antropologia foca em entender a memória coletiva como um elemento importante para a identidade cultural de grupos e comunidades, analisando as práticas, rituais e narrativas que perpetuam essas memórias ao longo do tempo. E a Sociologia, por sua vez, destaca a relação entre memória, grupos sociais e suas interações. Esse panorama de estudos proporciona uma possibilidade de análise da memória no contexto das Ligas Camponesas e compreender como as lembranças são construídas, compartilhadas e mantidas ao longo do tempo dentro desses movimentos sociais.

Ecléa Bosi (2006) destaca o desafio característico de lidar com a memória, utilizando o exemplo de um historiador, mas julgamos que pode ser aplicado a qualquer pessoa que se envolva na análise ou no trabalho com essa temática:

Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias. (Bosi, 2006, p. 59).

A autora descreve a dificuldade de "refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos", ressaltando que o historiador, ou qualquer outro profissional que tente reconstituir o passado, enfrenta a impossibilidade de trazer de volta todos(as) os(as) que vivenciaram ou testemunharam os eventos que estão sendo lembrados(as). Ela pontua que esse "limite fatal" imposto pelo tempo força o historiador a reconstruir os acontecimentos, dentro do possível, a partir das fontes disponíveis (Bosi, 2006). No entanto, a autora também nos lembra que esse esforço de reconstrução nunca é completamente neutro ou imparcial. Ao lidar com o passado, há possibilidade da influência por preceitos, crenças e circunstâncias do momento em que se vive em determinado tempo-história. Essas noções presentes configuram a forma como interpretamos e avaliamos as memórias, fazendo com que o conteúdo das lembranças seja, em certo grau, alterado ao ser reconstruído.

Esse processo é complexo, pois há ao mesmo tempo a busca pela fidelidade dos fatos passados e a influência das interpretações do presente. A memória, sendo fluida e muitas vezes fragmentada, necessita de um trabalho interpretativo para ser acessada e ressignificada. Esse trabalho, no entanto, pode ser realizado a partir de um ponto de vista temporal diferente, o que pode trazer limites à exatidão com que os eventos podem ser reconstituídos. Como Bosi (2006) ressalta, não se trata apenas de recuperar fatos objetivos, mas também de lidar com o modo como esses fatos foram lembrados, reinterpretados e transmitidos ao longo do tempo.

Essa dinâmica descrita pode ser percebida quando analisamos o papel da memória em sociedades sem escrita, conforme discutido por Jacques Le Goff (1994) em seus estudos sobre a história da memória. Ele ressalta que, em comunidades onde a oralidade era o principal meio de transmissão cultural, a memória coletiva desempenhava um papel central na perpetuação dos costumes, tradições e histórias. Embora essas narrativas orais estivessem sujeitas a modificações ao longo do tempo, o sentido e o significado dessas histórias para as comunidades permaneciam. Assim, tanto a preservação quanto a transformação da memória refletem a interação contínua entre o passado e o presente. Le Goff (1994) também sublinha que, com a transição das sociedades orais para aquelas que começaram a utilizar a escrita, os monumentos comemorativos ganharam relevância como instrumentos para celebrar e lembrar eventos históricos significativos. Esses monumentos, ao longo do tempo, passaram a ser utilizados não apenas como registros visuais, mas também como meios de reafirmação

das narrativas e das memórias coletivas, ajudando a manter vivos os valores, as tradições e as lutas de determinadas comunidades. Os objetos materiais e os artefatos históricos funcionam, assim, como âncoras da memória, conectando o presente ao passado e garantindo que as histórias de resistência e solidariedade não se perdessem com o tempo.

As memórias coletivas não são apenas preservadas e transmitidas por meio da oralidade, mas também por meio de objetos e artefatos que evocam e conservam a história de grupos, povos e comunidades. Esses objetos desempenham e realizam a função importante de construção da memória coletiva, pois servem como lembretes físicos dos eventos e costumes que moldaram determinadas sociedades. Chauí (2021) destaca que monumentos, objetos e documentos são imprescindíveis para a constituição da memória coletiva, atuando como marcadores simbólicos que ajudam a manter vivos o passado e a identidade de um grupo.

A relação entre memória e escrita, discutida por Le Goff, 1994, deu origem a vários desdobramentos importantes, como o surgimento de documentos que acompanharam o desenvolvimento das primeiras grandes civilizações urbanas na Mesopotâmia, na China e no Egito⁶. Maurice Halbwachs (1990) tem o pensamento semelhante ao de Le Goff (1994), destacando que, para além da escrita ou de outras formas visíveis de registro, a memória coletiva retém não apenas os acontecimentos históricos, mas também as formas de ser, pensar e agir de épocas passadas: “Não são somente os fatos, mas as maneiras de ser e de pensar de outrora que se fixam assim dentro de sua memória.” (1990, p. 66). Isso significa que a memória coletiva preserva mais do que simples eventos, ela abrange também as mentalidades, valores e costumes de um povo. Essa memória é dinâmica e configurada continuamente pelas interações sociais, auxiliando na transmissão não apenas de informações, mas também a cultural de uma sociedade.

Bosi também destaca a escrita e a linguagem como acontecimentos importantes para a memória: “O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual.” (Bosi, 2006). A linguagem oferece um meio de estabilizar o que seria, de outra forma, passageiro e fragmentado, permitindo que as lembranças sejam preservadas e transmitidas de geração em geração.

⁶ Nesses contextos, os calendários foram os primeiros instrumentos utilizados para controlar o tempo, representando uma tentativa inicial de sistematizar eventos e atividades. Além disso, as monarquias dessas civilizações fizeram amplo uso da escrita, escrevendo seus feitos em pedras, papiros e outros materiais. Esses registros serviram não apenas para documentar conquistas militares e políticas, mas também para consolidar a legitimidade e a continuidade de seus reinados (Le Goff, 1994).

Nesse sentido, a importância da linguagem como mediadora da memória converge com a visão de Pierre Nora (1993), que define a memória como um fenômeno vivo, constantemente moldado pelas experiências e necessidades dos grupos sociais ao longo do tempo, como podemos ver a seguir:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (Nora, 1993, p. 9).

Segundo o autor, a memória não é algo estático, pois está em constante interação com as dinâmicas sociais. Ela faz parte de uma “dialética” entre a lembrança e o esquecimento, no qual o equilíbrio entre o que é recordado e o que é deixado para trás resulta das escolhas conscientes ou inconscientes dos indivíduos e grupos. Além disso, o autor ressalta a vulnerabilidade da memória, que pode ser moldada ou mesmo apagada ao longo do tempo, sem que os grupos envolvidos necessariamente percebam essas alterações. Nora (1993) também enfatiza que essas mudanças e distorções podem ser feitas de forma deliberada, influenciadas por interesses políticos e socioeconômicos, visando manipular o que é lembrado ou esquecido em benefício de determinados objetivos.

Nesse contexto de constante transformação e disputa pela memória, Henri Bergson oferece uma perspectiva de exploração de como a memória é acionada:

Com isso, a operação prática e conseqüentemente ordinária da memória, a utilização da experiência passada para a ação presente, o reconhecimento, enfim, deve realizar-se de duas maneiras. Ora se fará na própria ação, e pelo funcionamento completamente automático do mecanismo apropriado às circunstâncias; ora implicará um trabalho do espírito, que irá buscar no passado, para dirigi-las ao presente, as representações mais capazes de se inserirem na situação atual. (Bergson, 1999, p. 84)

Segundo Bergson (1999), a primeira maneira de acionar a memória é por meio de um processo que não exige um esforço consciente por parte dos indivíduos. Esse tipo de rememoração ocorre nas ações cotidianas, na qual as lembranças surgem de forma espontânea e sem a necessidade de um raciocínio mais elaborado. Nesse caso, a memória se manifesta de maneira espontânea, adaptando-se automaticamente às exigências da situação presente. Esse tipo de acesso pode ser observado nas ações rotineiras, em que são lembradas no momento em que precisa ser praticada.

A segunda forma de acessar a memória, no entanto, envolve um esforço mais ativo e consciente. Nesse caso, os indivíduos precisam realizar um trabalho mental para buscar na memória informações passadas que possam ser úteis na situação atual. Esse processo demanda reflexão e exige uma busca ativa por experiências prévias que, de alguma maneira,

se relacionam com o que está sendo vivenciado no presente. Aqui, a memória não surge de forma repentina, mas requer uma reconstrução intencional, em que as lembranças são acionadas para atender às circunstâncias atuais.

Os estudos da psicologia, ao focar nos fatores psicológicos, costumam diferenciar, por exemplo, entre a memória associada ao espírito e aquela relacionada à ação (Bergson, 1999). Já Maurice Halbwachs⁷, Sociólogo influenciado por Émile Durkheim, adota uma abordagem distinta. Durkheim destaca a importância dos fatos sociais, fenômenos exteriores aos indivíduos, que influenciam suas ações (Durkheim, 2004). Partindo dessa perspectiva, Halbwachs vai além da análise interna da mente, explorando a interdependência entre a memória e os contextos sociais nos quais as pessoas estão inseridas. Seu interesse recai especialmente sobre os quadros sociais da memória e como esses quadros moldam, e ao mesmo tempo são moldados, pelos grupos aos quais os indivíduos pertencem.

Sociólogo francês, morto em 1945 em Buchenwald, um campo de concentração nazista.

Nesse contexto, a memória não é apenas uma questão individual ou psicológica, mas ela está interligada com os grupos e as estruturas sociais em que os indivíduos vivem. Assim, o estudo da memória coletiva possibilita analisar como os acontecimentos passados são constantemente reinterpretados à luz das experiências presentes, configurando as identidades coletivas e preservando as tradições e histórias de grupos, como no caso das Ligas Camponesas nesse estudo a partir das referências acionadas para a revisão bibliográfica, e a partir disso trazer à tona uma compreensão de lutas sociais e políticas no Brasil.

No subtópico seguinte, será abordada a questão da memória coletiva, explorando como as lembranças individuais dos(as) trabalhadores(as) rurais se conectam com as memórias coletivas, configurando uma narrativa que contempla tanto as experiências pessoais quanto os processos sociais das Ligas Camponesas.

3.2. Memória coletiva: entre o individual e o coletivo

O conceito de memória coletiva utilizado neste trabalho baseia-se principalmente nas ideias de Maurice Halbwachs, com contribuições de outros autores também. O livro de Halbwachs intitulado de *A Memória Coletiva* (1990)⁸, propõe que a memória não é um

⁷ Sociólogo francês, morto em 1945 em Buchenwald, um campo de concentração nazista.

⁸ Livro póstumo originalmente publicado em 1950 pela editora francesa Presses Universitaires de France e traduzido e publicado no Brasil em 1990, pela editora Vértice.

fenômeno individual, mas que se forma e se estrutura dentro dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem. Desta forma, sua investigação sociológica não se limita à mente isolada, mas busca compreender como as lembranças individuais são configuradas e sustentadas pelas interações e normas coletivas dos grupos que atuam sobre os indivíduos.

Essa perspectiva é reforçada por Halbwachs em várias passagens de sua obra, como quando ele coloca: "Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós" (Halbwachs, 1950, p. 26). Aqui, o autor sublinha a natureza social da memória, ressaltando que, mesmo em experiências que aparentam ser individuais, as lembranças estão sempre entrelaçadas em uma rede de interações sociais, influenciadas pelas pessoas e pelos grupos ao nosso redor.

Ecléa Bosi (2006) tem uma perspectiva semelhante a Halbwachs sobre memória, ao enfatizar a relevância da socialização das memórias para que elas permaneçam vivas ao longo do tempo. Bosi reflete sobre a natureza da lembrança e como sua preservação depende do contexto social em que ela está inserida. Ela afirma: "Quanto mais pessoal, mais livre (isto é, menos socializada, menos presa à ação presente) for a lembrança, mais distante, rara e fugitiva será sua atualização pela consciência." (Bosi, 2006, p. 51). Ainda, Bosi destaca que, para que as memórias sejam continuamente lembradas e acessíveis, elas precisam ser socializadas, ou seja, compartilhadas e ancoradas em um contexto coletivo, o que também corrobora com a importância da linguagem para esse compartilhamento, como destacado anteriormente.

Quando as lembranças ficam isoladas no âmbito pessoal, tendem a se perder no tempo, já que a ausência de interação social limita sua capacidade de resignificação e preservação no presente. A autora, portanto, reforça a importância do diálogo entre a memória individual e a memória coletiva, argumentando que é no encontro entre as experiências pessoais e o contexto social que as lembranças ganham força e relevância ao longo das gerações.

Halbwachs também destaca a dinamicidade da memória ao trazê-la como suscetíveis a alterações pela influência do discurso do outro:

Frequentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que o depoimento dos outros sejam os únicos exatos, e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que incorporem-se a ela. Num e noutro caso, se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se ela parece emprestar a essas substância, é que nossa memória não é uma tábula rasa, e que nos sentimos

capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado. (Halbwachs, 1990, p. 28)

Constantemente, as imagens e ideias que o nosso ambiente nos impõe podem alterar a forma como lembramos de algo do passado ou de uma pessoa que conhecíamos. Essas novas imagens podem distorcer o passado, criando lembranças fictícias que se misturam com as reais. No entanto, também pode acontecer o contrário: as lembranças dos outros podem ser mais precisas e nos ajudam a corrigir e ajustar nossas próprias memórias, acabando por se integrar às nossas lembranças. A memória não é uma "tábula rasa", ao contrário, a memória é algo já preenchido com experiências, percepções e recordações prévias (Halbwachs, 1990).

Essa interação entre o individual e o coletivo na construção da memória levanta uma questão central nos estudos sobre o tema: a relação entre memória individual e memória coletiva. Halbwachs (1990), como já mostrado acima, diz que as memórias são sempre coletivas. A ideia de Halbwachs é que a memória individual nunca é completamente independente; ela está sempre inserida em um contexto social e é influenciada pelas interações com os grupos aos quais as pessoas pertencem. Isso significa que as lembranças pessoais são, em grande medida, influenciadas pelas normas e contexto em que se está inserido, pela estrutura social. No entanto, essa teoria gera debates sobre a autonomia da memória individual em relação à coletiva.

Joel Candau, no livro *Antropologia da Memória* (2002), contribui para essa discussão ao afirmar que "Na verdade, não existe memória estritamente individual, nem memória estritamente coletiva, observação que já foi feita há muito tempo pelos psicanalistas em relação à questão do surgimento da memória." (Candau, 2002, p. 66, tradução nossa)⁹, apontando para a interdependência desses dois conceitos. Para Candau, assim como os psicanalistas já haviam observado, a memória é fruto de um processo dinâmico e complexo, no qual o individual e o coletivo se entrelaçam constantemente. A memória individual é formada por experiências pessoais, mas é por meio da interação com o ambiente social que essas lembranças são organizadas e ganham sentido. Da mesma forma, a memória coletiva não existe isoladamente, pois ela depende das lembranças individuais para ser perpetuada e ressignificada.

O que Candau destaca é que as fronteiras entre o individual e o coletivo são constantes e, muitas vezes, imperceptíveis. As lembranças individuais são constantemente construídas pelos quadros sociais, e, ao mesmo tempo, as memórias coletivas dependem da participação

⁹ Trecho original: "De hecho, no existen ni memoria estrictamente individual, ni memoria estrictamente colectiva, observación que fue hecha ya hace mucho tiempo por los psicoanalistas en relación con el tema del surgimiento de la memoria."

ativa dos indivíduos para sobreviverem. A memória coletiva se manifesta não apenas como um registro impessoal da história de um grupo, mas como uma construção contínua, em que as pessoas contribuem com suas experiências pessoais, que, por sua vez, são reinterpretadas e incorporadas ao todo social.

Outro autor que aborda essa questão é o Sociólogo austriaco Michael Pollak, que reconhece a existência da memória individual e a da memória coletiva, definindo-as como mostrado a seguir:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (Pollak, p. 2. 1992).

Pollak, ao reconhecer a existência tanto da memória individual quanto da memória coletiva, destaca como essas duas dimensões se entrelaçam e moldam as percepções das pessoas sobre os acontecimentos do passado. Ele diferencia entre os "acontecimentos vividos pessoalmente" e os "acontecimentos vividos por tabela", ou seja, aqueles eventos que, embora não tenham sido experimentados diretamente por uma pessoa, são tão incorporados à narrativa e identidade do grupo que a pessoa sente como se tivesse participado.

Maurice Halbwachs (1990), ao discutir a memória, ressalta que a memória individual não deve ser vista de maneira isolada, mas sim como uma questão de perspectiva pessoal sobre acontecimentos que muitas vezes são coletivos. Isso significa que, embora as experiências possam ser compartilhadas por um grupo, a forma como cada indivíduo as recorda varia de acordo com sua visão particular. O autor explora essa ideia ao destacar que as lembranças podem se organizar de duas maneiras: tanto ao redor de uma pessoa, que as interpreta a partir de seu ponto de vista, quanto no interior de uma sociedade, que compartilha essas lembranças de forma parcial (Halbwachs, 1990, p. 53).

Halbwachs ilustra essa dinâmica ao afirmar:

Admitamos todavia que haja, para as lembranças, duas maneiras de se organizar e que possam ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere de seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais (Halbwachs, 1990, p. 53)

Essa passagem mostra que a memória individual pode estar geralmente permeada pelas influências coletivas, mas que ainda assim é vivida e interpretada de maneira subjetiva. Ao mesmo tempo, ele mostra que essas memórias individuais podem se apoiar na memória coletiva, reforçando e complementando-se mutuamente, mas sem perder a distinção entre elas.

Enquanto a memória individual reflete a visão particular de um indivíduo, a memória coletiva opera dentro de um grupo maior, organizando as lembranças de acordo com os interesses e necessidades desse grupo.

Ainda nessa perspectiva de debate entre os dois tipos de memórias, Halbwachs propõe uma distinção entre a memória interna, pessoal, e/ou ainda memória autobiográfica e a outra, uma memória externa, social e/ou histórica. O primeiro tipo refere-se às experiências individuais e à história de vida pessoal de cada indivíduo, enquanto o segundo tipo abrange um panorama mais amplo, relacionado aos eventos e narrativas que fazem parte da história coletiva. Ele destaca que a memória pessoal depende da memória social, pois a história de vida das pessoas faz parte de um contexto maior, o da história geral. No entanto, a memória coletiva é mais ampla e se apresenta de maneira esquemática e resumida, ao contrário da memória pessoal, que é mais detalhada e contínua, trazendo uma representação mais densa e completa do passado vivido por cada indivíduo. (Halbwachs, 1990, p. 55). Esse debate sobre a relação entre indivíduo e sociedade no campo da memória coletiva leva à reflexão sobre como as lembranças são transmitidas e transformadas ao longo do tempo. A memória individual, ao ser partilhada em um contexto social, reforça e ao mesmo tempo altera a memória coletiva, evidenciando a disposição dinâmica desse processo, no caso desse estudo, em relação as Ligas Camponesas e da forma como ela é abordada nas obras revisadas. A discussão proposta por Halbwachs (1990) e aprofundada por autores como Candau (2002) sugere que não podemos entender a memória como um fenômeno isolado ou exclusivamente pessoal; ela é, antes, um campo de interações contínuas entre o eu e o outro, entre o pessoal e o coletivo, em que ambos se influenciam e se constroem mutuamente. Essas influências e ações podem ser consideradas importantes para compreender o processo de memoriação no contexto das Ligas Camponesas, abrangendo tanto as memórias individuais quanto as coletivas. Além disso, serão apresentados os espaços físicos, como o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, que contribuem para a preservação e a ressignificação dessas memórias. No próximo subtópico, serão discutidas essas relações, assim como a sua relevância no capítulo seguinte.

3.3 Memoriação: a memória em movimento

O conceito de memoriação refere-se ao processo pelo qual as lembranças são ativamente construídas, preservadas e transmitidas no presente. Diferente de uma memória estática ou individual, a memoriação envolve a criação coletiva de significados em torno de eventos passados, especialmente em contextos de lutas sociais. Por meio dela, a memória dos

conflitos agrários e das reivindicações dos(as) trabalhadores(as) rurais é continuamente renovada.

Le Goff (1994) e Chauí (2021), ao abordarem o papel dos objetos na preservação das memórias, enfatizam a relevância da materialidade na fixação das lembranças de uma sociedade. Esses objetos atuam como suportes da memória coletiva, ajudando a manter vivas as histórias e tradições. Quando Le Goff (1994) menciona a escrita como outro elemento crucial na preservação da memória, ele destaca as ações humanas voltadas para o registro e a perpetuação de suas lembranças, costumes e culturas, evidenciando o esforço contínuo para

assegurar que o passado seja lembrado e transmitido às gerações futuras, como pode ser observado quando são descritas as histórias e as diferentes versões sobre acontecimentos e relações de luta, resistência e opressão no caso das Ligas Camponesas.

Considera-se pertinente observar as diversas tentativas de preservação da memória por meio da criação de espaços físicos, como museus, memoriais e monumentos, pois esses locais não apenas guardam fragmentos do passado, mas também refletem os contextos e as intenções que guiaram sua construção. Destaca-se, por exemplo, em relação a esse estudo o Memorial das Ligas e Lutas Camponesa em Sapé-PB¹⁰.

Assim, a relação com a memória, por sua vez, é complexa, uma vez que a recordação é realizada a partir de um ponto de vista temporal e subjetivo distinto do momento em que os acontecimentos ocorreram. Ao revisitar o passado, há sempre um filtro de novas experiências, percepções e interpretações que moldam a forma como esses eventos são lembrados e compreendidos. Esses espaços físicos, então, atuam como pontos de ancoragem, permitindo que as memórias sejam materializadas e compartilhadas, mesmo que sempre sujeitas às variações e reconstruções inerentes ao ato de rememorar (Tolentino, 2018). Nesse sentido, a relação entre memória e o tempo presente é importante para entender essa interação. Mostrando esse aspecto da memória que é influenciada pelo momento em que é evocada, Pollak destaca:

A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. (Pollak, 1992, p. 4).

Assim, podemos pensar que a memória não é um espelho perfeito do passado; ela é

¹⁰ Conforme será discutido posteriormente, a ONG foi fundada em 2006, e com sede no Povoado de Barra de Antas, município de Sapé – PB, o Memorial das Ligas Camponesas foi fundada por um coletivo formado por Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo, com a colaboração de agentes pastorais (principalmente da CPT), de militantes de movimentos sociais populares do campo, de professores(as), estudantes extensionistas da UFPB e demais colaboradores(as). Mais informações em: <https://www.ligascamponesas.org.br>.

configurada e afetada pelo presente. Esse desafio de reconstrução aponta para a característica subjetiva da memória, na qual a tentativa de acessar o passado pode esbarrar nas limitações do tempo e nas influências do contexto atual. Consequentemente, ao analisar memórias, podem se reconhecer os limites impostos pela temporalidade e a influência do presente no processo de recordar e interpretar o que já passou.

Realçando essas formulações, Bosi (2006) amplifica o entendimento sobre a memória ao dizer:

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (Bosi, 2006, p. 44-45).

A frase de Bosi descreve a memória como uma força poderosa e dinâmica, que afeta o presente e o modo como as pessoas percebem e interpretam a realidade atual. Quando a autora menciona que "a memória permite a relação do corpo presente com o passado", ela está sugerindo que a memória serve como uma ponte entre o que aconteceu no passado e a experiência atual. O passado não fica isolado, mas "vem à tona" no presente, influenciando as percepções e misturando-se com o que está sendo vivido no momento.

Além disso, Bosi aponta que a memória tem o poder de "empurrar" ou "deslocar" as percepções imediatas, ocupando a consciência de tal maneira que o passado pode dominar a mente e as sensações atuais. Isso sugere que, em determinados momentos, memórias podem ser tão fortes e penetrantes que passam a ocupar todo o espaço da consciência, interferindo na maneira como alguém enxerga e entende o presente. Ao descrever a memória como "força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora", Bosi destaca a dualidade da memória: ela é, por um lado, oculta e latente (sempre presente, mesmo que fora da nossa consciência imediata), e, por outro lado, invasora e ativa, pois pode emergir e afetar profundamente os pensamentos e emoções (Bosi, 2006).

Essa capacidade da memória de "deslocar" percepções e interferir na experiência do presente também se reflete na maneira como sociedades escolhem preservar e interpretar suas próprias histórias. Os espaços de memória, como museus e memoriais, tornam-se ambientes no qual as memórias individuais e coletivas são formalizadas e compartilhadas, mas sempre filtradas pelas escolhas e valores de quem controla essas narrativas. Nesse sentido, o passado que se apresenta em museus não é uma representação neutra, mas uma construção que passa por processos de seleção, que refletem tanto as memórias dominantes quanto as memórias

silenciadas (Tolentino, 2018).

Com isso, Átila Bezerra Tolentino (2016) destaca que os estudos sociológicos sobre museus, denominados Sociomuseologia ou Museologia Social¹¹, constituem um campo relativamente recente, que ganhou relevância apenas a partir da década de 1970. Tolentino observa que, com o desenvolvimento da Escola de Chicago e seus estudos culturais, os sociólogos passaram a enxergar os museus sob uma nova ótica, reconhecendo-os como espaços de disputa de poder simbólico. Nesses ambientes, diferentes grupos sociais competem para impor suas versões da história e seus valores culturais. Essa nova abordagem reflete uma compreensão mais ampla dos museus como arenas em que as narrativas não são neutras, mas carregadas de significados políticos e culturais.

Segundo Tolentino, interpolando Ecléa Bosi, o conceito de memóriação consiste em: “[...] a junção das palavras memória + ação, no sentido de que a memória é trabalho, portanto, ela é ativa, age e interfere nos processos de representações a todo momento no presente, aí incluídas as lutas e anseios dos diferentes grupos sociais.” (Tolentino, 2023, p. 124). Tolentino (2021) aponta que o processo de memóriação vai além da simples lembrança; ele abrange a forma como o passado é revisitado e reinterpretado à luz das circunstâncias e demandas do presente.

Dodebei (2011) oferece um panorama sobre a evolução dos espaços de preservação da memória, destacando a forma como, historicamente, houve uma separação, embora nem sempre precisa, entre diferentes tipos de bens a serem preservados: o bem cultural, o bem informacional e o bem documental. Essa divisão, que servia como uma maneira de organizar as funções de preservação, alocava a cultura aos museus, a informação às bibliotecas e os documentos administrativos aos arquivos. Nesse contexto, cada instituição tinha um papel específico e distinto, refletindo uma visão segmentada sobre o tratamento e o acesso à memória.

Le Goff (1994, p. 375) referiu-se a esses espaços como "instituições-memória", no qual museus, arquivos e bibliotecas deixaram de ser compartimentos isolados para se transformarem em "casas de patrimônios". Essas instituições agora mesclam funções que antes eram separadas, sendo "um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais" (Dodebei, 2011, p.2).

Essa nova configuração reflete uma resposta às demandas contemporâneas por espaços mais dinâmicos e interativos, nos quais a memória não é apenas preservada, mas também

¹¹ Tolentino discute em seu artigo as nuances entre os termos "sociomuseologia" e "museologia social", destacando as diferentes abordagens e práticas associadas a cada um.

vivenciada, discutida e reinterpretada em tempo real. As "casas de patrimônios" emergem como lugares híbridos, capazes de acolher múltiplas formas de memória e cultura, promovendo um diálogo entre o passado e o presente. Essa transformação também se conecta ao papel das instituições como agentes ativos na formação de identidades sociais e culturais, permitindo que as pessoas não apenas acessem a memória, mas também participem ativamente da sua construção e ressignificação (Dodebei, 2011).

No contexto das Ligas Camponesas, esse processo foi necessário para a preservação de sua história de luta. As memórias dos embates por justiça social, mesmo diante de tentativas de apagamento, são revividas nas narrativas dos sobreviventes e de seus descendentes, funcionando como um ato contínuo de resistência, bem como na construção de espaços físicos, a exemplo do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas de Sapé.

Ao refletir sobre as formas de preservação das memórias ligadas às Ligas Camponesas, podemos considerar a perspectiva de Tolentino (2018) de que os museus representam espaços físicos necessários no qual o processo de memoriação ocorre de forma contínua. Esses espaços não são apenas depósitos de objetos ou fatos históricos, mas lugares dinâmicos onde as memórias são revisitadas, reinterpretadas e mantidas vivas. O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, exemplifica esse esforço constante de preservação da memória do movimento camponês.

Como ressalta Tolentino (2018, p.74), *“Ancorados na memória coletiva, os museus são espaços de afirmação de identidades, e nessa configuração, são palcos de disputas e conflitos, atravessados pelos diferentes sujeitos que deles se apropriam e neles buscam a representação de suas vozes.”* Isso pode ser interpretado de modo que, além de preservarem a memória, os museus e memoriais também podem ser um espaço como locais no qual diferentes narrativas e perspectivas são discutidas, e, muitas vezes, contestadas. As memórias coletivas, representadas nesses espaços, são permeadas por relações de poder, já que diversos grupos sociais competem para garantir que suas histórias, experiências e lutas sejam reconhecidas e incluídas na narrativa oficial.

Tolentino (2018) discute como a memória e a memoriação são processos contínuos de reconstrução, no qual as narrativas de memória não são meros registros neutros do passado, mas, sim, discursos moldados pelas circunstâncias do presente. Cada grupo social revisita suas memórias, reinterpretando-as de acordo com as necessidades e demandas contemporâneas, o que faz com que essas lembranças se transformem e adaptem a novas realidades:

A representação da memória segue o mesmo caminho e as narrativas de memórias coletivas vão estar carregadas de discursos e significados criados, reinterpretados e inventados pelo grupo no momento presente, sem deixar de considerar, é claro, os

jogos de poder que alimentam as disputas e os conflitos das relações sociais dentro desse grupo [...]. (Tolentino, 2018, p. 69)

No caso das Ligas Camponesas, as memórias construídas sobre o movimento, seus e suas líderes e suas lutas não podem ser vistas apenas como uma representação estática de fatos passados. As lembranças são continuamente recriadas e ressignificadas pelos diferentes atores sociais, sejam eles os(as) próprios(as) camponeses(as), historiadores(as), ou instituições como o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Esses discursos sobre o passado estão carregados de significados que refletem não só as experiências históricas, mas também os interesses e as interpretações atuais.

Além disso, Tolentino (2018, p. 69) destaca os "jogos de poder" envolvidos na construção dessas narrativas. As disputas entre diferentes grupos e classes sociais influenciam a forma como certos eventos são lembrados ou esquecidos. Na situação das Ligas, a memória sobre o movimento não é homogênea; ela é atravessada por tensões e conflitos, especialmente quando se trata de questões ligadas à terra, aos direitos dos(as) camponeses(as) e à violência sofrida. As narrativas de memória coletiva carregam as marcas dessas disputas, refletindo quem controla a narrativa e quais vozes são mais ouvidas na construção dessa memória.

Dessa forma, as "instituições-memória", como descrito por Le Goff (1994) e Dodebei (2011), encontram ressonância em espaços como o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas de Sapé. Este memorial não é apenas um local de preservação de documentos ou artefatos históricos, mas como um espaço de resistência, onde as memórias dos(as) camponeses(as) que lutaram por justiça social são constantemente contadas e ressignificadas. O Memorial funciona como uma dessas "casas de patrimônios", no qual a história, cultura e identidade se (re)configuram.

À medida que analisamos como as memórias individuais e coletivas se entrelaçam, é compreensivo que a luta dos(as) trabalhadores(as) rurais não apenas refletem suas vivências, mas também configuram a forma como essas experiências são lembradas e ressignificadas socialmente. No próximo capítulo, iremos discutir os conceitos de memória coletiva e memoriação a partir do contexto específico das Ligas Camponesas.

4. MEMÓRIA COLETIVA E MEMORIAÇÃO: EXPLORANDO OS CONCEITOS NAS LIGAS CAMPONESAS

Neste capítulo, iremos realizar um exercício de análise nos conceitos destacados na capítulo anterior podem ser aplicados e relacionados às Ligas Camponesas, entendendo como as memórias podem divergir dependendo de quem as narra, já que as experiências, ainda que ocorram em contextos semelhantes, são ressignificadas de formas distintas conforme cada obra abordada na revisão bibliográfica. Além disso, será discutido como o conceito de memória coletiva está presente mesmo quando se trata de figuras individualizadas, como líderes ou outras figuras importantes das Ligas Camponesas. A discussão se ampliará com o diálogo em torno do conceito de memoriação, especialmente no contexto do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, localizado em Sapé-PB, explorando como essa instituição contribui para a construção e preservação dessas memórias e suas múltiplas interpretações.

4.1 Os Desafios da Memória Coletiva: Depoimentos e Divergências

Os depoimentos e discursos sobre memória, especialmente em movimentos históricos como o das Ligas Camponesas, estão permeados por uma complexidade própria, já que muitas vezes a memória não reflete com exatidão os acontecimentos do passado. O conceito de memória coletiva, desenvolvido por alguns(as) autores(as) será aplicado aqui para explorar como as narrativas podem se fundir, modificar e até mesmo contradizer umas às outras, criando uma série de lembranças reais e fictícias.

Halbwachs (1990) destaca a maneira como o grupo social influencia nossas recordações, apontando que:

Frequentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de um pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias. (Halbwachs, 1990, p. 28)

A frase sugere que as memórias que guardamos de eventos passados ou de pessoas podem ser influenciadas e alteradas pelas imagens e impressões que recebemos do nosso entorno social. Constantemente, essas novas influências podem distorcer ou modificar nossas lembranças originais, de modo que o que acreditamos ser uma recordação autêntica pode estar contaminado por percepções externas. Isso cria uma mistura entre o que é genuíno e o que é fictício, dificultando a distinção da lembrança original das reconstruções feitas pela sociedade ao nosso redor.

Logo em seguida, Halbwachs (1990) diz que o contrário também pode acontecer:

Inversamente, pode acontecer que o depoimento dos outros sejam os únicos exatos, e que eles corrijam e reorientem nossa lembrança, ao mesmo tempo que incorporem-se a ela. Num e noutro caso, se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se ela parece emprestar a essas substância, é que nossa memória não é uma tábula rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado.” (Halbwachs, 1990, p. 28)

Em alguns casos, os depoimentos de outras pessoas podem fornecer uma visão mais detalhada de eventos passados do que nossas próprias memórias. Esses relatos externos podem reorientar e ressignificar nossas lembranças, incorporando-se a elas para reelaborar nossa percepção do passado. No entanto, a integração desses depoimentos com nossas memórias não é uma simples adição de informações, mas sim um processo complexo no qual as imagens e lembranças se entrelaçam de maneira profunda.

Ecléa Bosi (2006) reforça essa ideia semelhante ao afirmar que “O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.” (Bosi, 2006, p. 56). A autora descreve a memória como uma força poderosa e dinâmica, que afeta o presente e o modo como as pessoas percebem e interpretam a realidade atual. Ao lembrar de um evento ou experiência do passado no momento presente, as imagens que temos do passado e do presente não são idênticas. A autora enfatiza a ideia de que a memória não é algo estático ou simplesmente armazenado no passado, mas algo que interfere diretamente nas experiências e representações presentes.

A análise das Ligas Camponesas torna essa perspectiva ainda mais relevante. Targino et al. (2011) apontam alguns fatores que podem explicar as dificuldades enfrentadas pelos(as) participantes desse movimento em relembrar e compartilhar suas memórias. Entre esses fatores, os autores destacam: “A repressão política ao movimento das ligas camponesas se expressou em assassinatos, perseguições, prisões, mas também se difundiu em sentimentos de medo e no imaginário de terror nas populações do campo e da cidade.” (2011, p. 85). Esse clima de violência e intimidação instaurou um ambiente de temor entre os(as) militantes, o que não apenas dificultou a recuperação dessas memórias, mas também influenciou como elas são acessadas e interpretadas ao longo do tempo.

A repressão, além de interromper bruscamente o movimento, incutiu nas pessoas um sentimento de vulnerabilidade e insegurança, tornando a memória um campo delicado, muitas vezes marcado pelo silêncio ou pela distorção de fatos traumáticos. O medo e o terror não

foram apenas consequências imediatas da repressão, mas elementos que penetraram na construção das narrativas individuais e coletivas daqueles(as) que viveram essa experiência.

Outra forma de não expor as memórias é por meio do silêncio, dos “não-ditos”. Pollak afirma:

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (Pollak, 1989, p. 6)

Pollak diz que as memórias e relatos são frequentemente criados por um conjunto de fatores emocionais e sociais. A angústia de não encontrar uma escuta receptiva, o medo de represálias por compartilhar certos conteúdos e a preocupação com mal-entendidos são fatores que influenciam como e o que é lembrado e dito. A sensação de que certas memórias ou experiências podem ser mal interpretadas ou levar a punições pode fazer com que indivíduos e grupos optem por silenciar ou modificar suas narrativas, resultando em uma comunicação marcada por alusões, metáforas e omissões. Dessa forma, a memória é influenciada não apenas pelos eventos em si, mas também pelo contexto social e emocional no qual as lembranças são compartilhadas e interpretadas (Pollak, 1989).

Ao abordar o depoimento do ex-presidente da Liga de Alhandra¹², nomeado como Sr. E., Veloso (2005) destaca as dificuldades enfrentadas pelo depoente ao relatar suas experiências. O Sr. E., que foi preso após o golpe de 1964 e era membro do PCB, demonstra receio e hesitação em compartilhar seu relato. A autora questiona: “Desse modo, suas hesitações podem ser explicadas como censuras da memória. Ou um processo consciente de ocultar seus propósitos que, à época, eram mais radicais?” (2005, p. 224-225). A análise sugere que o depoente pode estar intencionalmente escondendo ou ajustando seus relatos devido a temores relacionados à repressão política e às consequências de expor informações sensíveis. A dificuldade em acessar o discurso do Sr. E. pode ser atribuída a uma combinação de autocensura e estratégias de proteção diante do ambiente político adverso (Veloso, 2005).

Essas dificuldades em acessar e interpretar os depoimentos dos envolvidos nas Ligas Camponesas refletem a complexidade da memória coletiva em contextos de repressão política. No caso do Sr. E., como ilustrou Polak (1989), os silêncios e as omissões nas narrativas não apenas revelam as dificuldades de acessar a memória, mas também apontam para uma estratégia de preservação pessoal e coletiva frente à repressão. Esses elementos contribuem

¹² Cidade paraibana que fica a 40 minutos da capital João Pessoa e a um hora da cidade de Sapé.

para uma compreensão mais ampla dos mecanismos de memória coletiva, no qual o que não é dito pode ser tão significativo quanto o que é compartilhado.

Veloso (2005) também descreve o depoimento do ex-vice-presidente da Liga de Alhandra, denominado como Sr. A. Nesse relato, apesar de sua posição de destaque na Liga, o Sr. A revela que seu ingresso no cargo foi impulsionado por outras pessoas, e não por uma convicção pessoal ou entusiasmo pelo movimento das Ligas Camponesas. Ele admite uma preferência clara pelo Sindicato, sugerindo que seu compromisso com a Liga não era genuíno:

A: Mas não fiz muita parte da Liga não, não achei bom não, viu? Não achei bom as Liga não. Me botaram pelo meio, eu fui no meio, mas eu sempre era de fora, não gostava daquilo não. Agora, quando passou a sindicato, eu tomei conta. Do sindicato eu tomei conta, até... trabalhei vinte... trabalhei de (pausa) sessenta e dois a setenta e nove no sindicato. (apud Veloso, 2005, p. 226).

Em algumas passagens no livro *Memórias do povo – João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas* (2006) são relatadas violências sofridas pelo Sr. E, que podem ajudar a explicar o temor por parte dos então Presidente e Vice-presidente da Liga de Alhandra. Primeiro, Sr. E relata sobre as prisões: “Lá em Sapé, (...) eu fui muito perseguido; fui preso várias vezes. Era eu sair de casa, que a polícia estava ao meu encontro.” (Depoimento concedido a Van Ham et. al, 2006, p. 45). Ele e a esposa, a Sra. N, também relatam sobre a morte de João Pedro Teixeira: “No dia do assassinato dele, eu estive com ele. Uma hora antes, me despedi dele, na praça Pedro Américo, mais ou menos às três da tarde e viajei pra Alhandra, ele viajou pra terra dele’.” (Depoimento do Sr. E., apud Van Ham, 2006, p. 33).

Havia também o medo de ser a próxima vítima. Esse sentimento de insegurança é reforçado no depoimento de sua esposa, Sra. N, que conta como as ameaças eram frequentes:

58

“Dizia: “Olhe, hoje foi ele; depois vai este daqui”. Quer dizer que, estes presidentes das Ligas, daqui de Alhandra, ... ele vai ver. O que aconteceu com o amigo dele, depois acontece com ele, E era assim, muito tumulto.”. (Depoimento da Sra. N., Apud Van Ham et. al, 2006, p. 47). Aqui, pode-se perceber a dureza das palavras e o impacto psicológico que essas ameaças poderiam exercer sobre os líderes e suas famílias, que viviam em constante estado de alerta. As mortes de companheiros próximos, como João Pedro Teixeira, aumentavam o temor de que a violência pudesse se repetir, atingindo qualquer um que estivesse envolvido na luta pelas Ligas.

O relato de Damião, que era um membro das Ligas Camponesas de Sapé,

complementa esse cenário ao descrever as perseguições enfrentadas por outros líderes, como ao Sr. A. e o Sr. E. Ele destaca como as famílias desses líderes também sofriam as consequências da repressão, ilustrando o nível de brutalidade com que o movimento era combatido:

Compadre A era um líder de sindicato, ele não foi massacrado porque não facilitou, mas a família dele em casa foi massacrada pela polícia. Seu Elias de Alhandra, que era o presidente da Liga Camponesa do município de Alhandra, também foi muito perseguido. (apud Van Ham, 2006, p. 48)

Esses relatos revelam, de forma coletiva, um cenário de constante tensão e resistência, no qual não apenas os líderes, mas também suas famílias se tornavam alvos da repressão, evidenciando a extensão das ações empreendidas contra as Ligas Camponesas.

Compreendendo o contexto de violência e repressão vivenciado pelos membros das Ligas Camponesas, torna-se mais fácil interpretar os silêncios, as censuras internas e as dificuldades de recordação presentes em seus depoimentos. O “esquecimento”, neste cenário, pode ser visto não apenas como uma falha da memória, mas como uma estratégia de defesa psicológica diante dos traumas vividos. A repressão, marcada por assassinatos, perseguições, prisões e a disseminação do medo nos meios rurais, criou um ambiente de constante vigilância e autocensura. Para muitos, apagar ou suprimir certas lembranças dolorosas pode ser uma maneira de lidar com um passado violento, cujas memórias ainda podem ser delicadas de rememorar publicamente. O esquecimento, nesse contexto, não se configura apenas como a ausência de memória, mas como um processo consciente ou inconsciente de proteção frente a angústias muitas vezes internalizadas em silêncio.

O caso de Elizabeth Teixeira se destaca de maneira singular dentro do contexto das Ligas Camponesas. Após o assassinato de seu marido, João Pedro Teixeira, Elizabeth assumiu para si a responsabilidade de continuar a luta que ele havia iniciado e acreditava. Diante do corpo de João Pedro, Elizabeth fez uma promessa que simboliza sua força e resiliência diante do momento difícil: “João Pedro, a partir de hoje, eu dou continuidade à sua luta, para o que der e vier. Estou aqui para o que der e vier! Não tenho medo também de que eu seja assassinada”. E aí eu continuei a luta de João Pedro para o que desse e viesse” (Depoimento de Elizabeth, apud Van Ham, 2006, p. 32). Com essas palavras, ela reafirmou seu compromisso com a causa, mas também demonstrou uma coragem incomum em um período de repressão violenta.

Elizabeth continuou à frente do movimento, apesar dos riscos e das ameaças constantes à sua vida, demonstrando que a luta camponesa envolvia mais do que a liderança de um indivíduo, refletindo um compromisso com uma causa coletiva. Seu depoimento

destaca sua determinação, tornando-a uma figura de persistência, mesmo diante de adversidades pessoais. Em seu depoimento, Elizabeth Teixeira relembra as violências constantes que sofreu após o assassinato de seu marido, evidenciando o peso que essas experiências tiveram sobre sua trajetória pessoal e familiar. Ela descreve a sua dor: "A minha vida foi muito difícil, ver meu marido assassinado, a minha filha suicidou-se. Antes dela, o tiro no menino... o Paulo..." (Depoimento de Elizabeth, apud Van Ham et. al., 2006, p. 34). Suas palavras revelam uma série de tragédias pessoais que não se limitaram à morte de João Pedro, mas continuaram a atingir seus filhos e sua família. Essas dificuldades, no entanto, não paralisaram Elizabeth, que continuou enfrentando a repressão com ânimo.

Ela também recorda as prisões frequentes e a violência psicológica e física que sofreu nas mãos das autoridades: "Muitas vezes fui presa, os policiais iam me prender, faziam fila, duas filas de policiais, o tenente ficava lá distante, me chamava pra caminhar na minha caminhada, tiro de um lado... cada passo que eu dava era um tiro de um lado, outro de outro" (apud Van Ham et. al., 2006, p. 98). Mesmo nesse cenário de constante ameaça, Elizabeth seguiu em frente, mantendo-se firme em sua luta e em sua promessa de continuar o legado de João Pedro.

O que interrompeu a trajetória de Elizabeth Teixeira à frente das Ligas Camponesas foi o golpe militar de 1964, um marco no aumento da repressão contra os movimentos sociais no Brasil. Após o golpe, Elizabeth, que já enfrentava uma série de perseguições devido à sua liderança, foi presa. A prisão não foi apenas um ato isolado de violência, mas parte de um projeto mais amplo de desarticulação das Ligas e de seus líderes, que, como Elizabeth, simbolizavam a resistência camponesa e a luta por direitos no campo¹³. Sua prisão marcou o início de um período ainda mais difícil, no qual a repressão se intensificou e o medo se espalhou entre os(as) militantes. Posteriormente, para garantir sua sobrevivência e a de sua família, Elizabeth foi forçada a fugir para o Rio Grande do Norte, onde viveu sob uma nova identidade, afastada dos holofotes e da militância pública (Van Ham et al., 2006).

Esses depoimentos, do Sr. E., do Sr. A. e de Elizabeth Teixeira, revelam duas formas distintas de como os líderes das Ligas Camponesas lidam com as lembranças do passado, em especial diante das violências e opressões sofridas. Os relatos dos líderes das Ligas de Alhandra, por um lado, evidenciam uma certa dificuldade em revisitar o passado, marcada por silêncios, hesitações e até mesmo uma possível tentativa de distanciamento das memórias difíceis.

Pelo que consta em Veloso (2005) ao contrário dos líderes de Alhandra, Elizabeth

¹³ Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba) são exemplos de líderes que foram presos após o golpe de 1964.

parece lidar de forma diferente com o passado, mesmo diante das inúmeras violências que sofreu. Em seus depoimentos, ela revela um enfrentamento mais direto de suas memórias, reconhecendo as perdas pessoais e as adversidades, mas sem fugir delas. Ao rememorar os momentos de repressão, como o assassinato de João Pedro e os ataques contra sua própria vida e de seus filhos, Elizabeth não silencia ou nega seu passado. Ao contrário, ela transforma essas memórias em um motor para sua luta, usando sua dor como uma forma de resistência. Enquanto os líderes de Alhandra parecem evitar ou relativizar suas recordações, Elizabeth assume uma postura de enfrentamento e reafirmação de suas vivências, o que evidencia diferentes maneiras de lidar com a memória.

Diante dessas diferentes formas de lidar com as memórias, é importante ressaltar que o objetivo não é julgar a maneira como os envolvidos rememoram o passado, mas sim destacar as distintas abordagens adotadas. As formas de lidar com traumas e violências variam de acordo com as circunstâncias individuais e coletivas, e podem se manifestar tanto na tentativa de esquecimento quanto no enfrentamento direto dessas lembranças. Relatar essas variações não implica em atribuir valor a uma abordagem em detrimento de outra, mas sim em reconhecer que a memória, especialmente em contextos marcados por repressão e medo, é um processo complexo e multifacetado. Sob essa perspectiva Pollak (1992) oferece uma perspectiva útil ao abordar as diferentes maneiras pelas quais grupos e indivíduos lidam com as memórias de eventos iguais:

Há uma multidão de motivos, uma multidão de memórias e lembranças que tomam difícil a valorização em relação à sociedade em geral e que podem ser a origem de conflitos entre pessoas que vivenciaram o mesmo acontecimento e que, a priori, por terem elementos constitutivos comuns em suas vidas, deveriam sentir-se como pertencentes ao mesmo grupo de destino, à mesma memória. (POLLAK, 1992, P.6).

Polak aponta que, apesar de duas ou mais pessoas compartilharem um mesmo evento ou terem "elementos constitutivos comuns" em suas vidas (como cultura, história ou experiências), isso não garante que elas interpretarão ou valorizarão essas memórias de forma semelhante. Isso se deve à "multidão de motivos, memórias e lembranças" que afetam a forma como cada pessoa vivencia e recorda um acontecimento. Cada pessoa possui uma bagagem pessoal de experiências, sentimentos e percepções que influenciam como ele entende o passado. Pollak (1992) alerta para a delicadeza da memória, no qual as experiências de vida pessoal e coletiva se relacionam, mas não necessariamente de forma coerente.

Dessa forma, a memória se revela como um processo também subjetivo, em que fatores individuais, como emoções, traumas e contextos sociais, moldam a interpretação dos

eventos passados. Compreender essa diversidade é primordial para analisar o modo como os diferentes personagens das Ligas Camponesas elaboram e lidam com suas memórias e as escolhas na configuração de suas identidades e narrativas.

Assim, no próximo subtópico será discutido como a individualidade e a coletividade se inter-relacionam em um contexto histórico específico no qual são relatados sentimentos como medos e angústias, que permeiam a memória daqueles(as) que preferem se silenciar.

4.2 A Força da coletividade na individualidade

Neste subcapítulo, será discutido como nas obras revisadas para esse estudo, nas Ligas Camponesas, foi descrito como algumas figuras emergiram como líderes e representantes do movimento, sempre conectadas com a força coletiva que as sustentava. A individualidade, nesse contexto, não deve ser entendida como separada ou em oposição à coletividade, mas como uma manifestação da própria força coletiva. Líderes como João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, Pedro Fazendeiro, Nego Fuba, entre outros, tornaram-se símbolos do movimento, mas suas trajetórias e relevâncias foram configuradas pelas dinâmicas e lutas coletivas que viviam e os impulsionaram.

Durante a leitura percebeu-se que a força de suas lutas pessoais não apenas refletia as trajetórias individuais desses(as) líderes, mas também encarnava as demandas, os desafios e a coragem de uma comunidade camponesa que resistia coletivamente à opressão social, política, que sofriam. A coletividade não apenas deu suporte, mas também guiou e fortaleceu essas figuras, revelando que, mesmo nos momentos em que a liderança individual se destacou, a ação coletiva permaneceu como o eixo central da resistência. Assim, é possível perceber que o poder desses líderes estava intrinsecamente ligado à força e à coesão de todo o movimento camponês.

Diante desse conjunto de relações de interdependência que configuram processos sociais de longa duração, no caso das Ligas Camponesas, de acordo com Norbert Elias, os indivíduos precisam de uma rede de interdependência para que suas ações e funções sejam eficazes e atinjam suas finalidades. Em suas palavras:

Mas cada uma dessas funções está relacionada com terceiros; depende das funções deles tanto quanto estes dependem dela. Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada

indivíduo cumpram suas finalidades. (Elias, 1994, p. 20)

Sob essa perspectiva, as relações dos(as) líderes das Ligas Camponesas, não eram apenas decisões individuais, mas parte de uma rede interconectada que envolvia camponeses, apoiadores, organizações religiosas e políticas. Cada líder dependia do apoio coletivo e da mobilização da comunidade para dar força às suas reivindicações. Ao mesmo tempo, os camponeses que participavam do movimento dependiam da capacidade de articulação e da retórica desses líderes para expressar suas demandas e lutar por direitos. A dinâmica do movimento camponês pode ser compreendida como uma configuração social na qual a interdependência dos indivíduos é fundamental.

Halbwachs (1990) argumenta que nossas recordações individuais estão entrelaçadas com as experiências coletivas, sendo influenciadas pelas tradições, princípios e normas do grupo social ao qual pertencemos. No contexto das Ligas Camponesas, esse conceito é especialmente relevante para compreender como as memórias daqueles(as) que participaram do movimento, bem como daqueles(as) que continuaram suas lutas, foram preservadas e ressignificadas ao longo do tempo.

A memória não é um processo isolado, mas coletivo. Um exemplo desse conceito pode ser observado nos depoimentos lidos sobre as Ligas Camponesas. Percebe-se que os(as) integrantes do movimento não reconstroem suas memórias apenas a partir de suas vivências individuais, mas sim com base nas experiências compartilhadas de luta, resistência e solidariedade. Suas lembranças vão além de histórias pessoais, refletindo uma narrativa coletiva que se constrói e se reforça por meio da ação conjunta e do vínculo social entre os(as) camponeses(as) como Liga Camponesa.

João Pedro Teixeira ilustra bem esse aspecto. Embora tenha se tornado um símbolo da luta camponesa, sua trajetória estava misturada ao apoio coletivo. Como destaca Severino Guilhermino de Souza:

João Pedro Teixeira não era sozinho, na Liga de Sapé. Tinha gente que lutava com ele. Tinha Francisco Julião, tinha Gregório Bezerra. Tinha sempre mais membros e mais membros, dentro da sede. Tinha Pedro Fazendeiro, tinha João Alfredo, que tinha o apelido de Negro Fuba... (apud Van Ham, 2006, p. 20)

Isso reforça que, mesmo pessoas de destaque como João Pedro, na verdade, representavam a união e o esforço coletivo dos membros da Liga, evidenciando que a força do movimento estava, acima de tudo, na coletividade. João Pedro Teixeira nasceu em Guarabira, na Paraíba, no dia 4 de março de 1918, em uma família de trabalhadores rurais. Desde cedo, sua vida foi marcada por adversidades, especialmente com o desaparecimento de seu pai, também chamado João Pedro, após um conflito com o proprietário das terras onde viviam. A

situação obrigou sua mãe, Maria Francisca, conhecida como Dona Lia, a se mudar para Sapé. Foi nessa nova cidade que João Pedro começou a trabalhar em uma pedreira (Van Ham et. al., 2006).

De acordo com a descrição em Van Ham et. al. (2006), João Teixeira conheceu Elizabeth Teixeira, em Sapé, em uma mercearia pertencente ao pai dela, Manuel Justino, onde ela trabalhava. O encontro entre os dois foi o início de uma história de amor, mas também de desafios. O pai de Elizabeth não aprovava o relacionamento, principalmente por João Pedro ser negro e pobre. Diante da resistência familiar, João Pedro e Elizabeth decidiram fugir e se casar, enfrentando mais um obstáculo em suas vidas. Eles se casaram em Cruz do Espírito Santo - PB, uma cidade próxima a Sapé, e logo após a cerimônia, seguiram para Recife - PE em busca de melhores oportunidades. Na capital pernambucana, no entanto, o casal enfrentou muitas dificuldades financeiras (Van Ham et. al., 2006).

Após esse período em Recife, o casal decidiu voltar para Sapé. Ao retornar, João Pedro começou a se inteirar da situação dos(as) trabalhadores(as) rurais da região, percebendo de maneira ainda mais nítida as injustiças e a exploração que atingiam os(as) camponeses(as). As condições precárias de trabalho, a falta de direitos e a total dependência dos latifundiários formavam um cenário de abusos que precisavam ser enfrentados. Foi nesse contexto que João Pedro começou a se envolver ativamente com a causa dos(as) trabalhadores(as) rurais, buscando organizar e conscientizar os(as) camponeses(as) sobre a importância de se unirem para lutar por seus direitos. Ele percebeu que a única forma de combater a exploração era por meio da mobilização coletiva, e foi a partir desse momento que João Pedro se tornou uma das principais lideranças das Ligas Camponesas em Sapé e na Paraíba. Sua capacidade de organização, liderança e sua aproximação com os problemas do campo o transformaram em um símbolo da luta pela reforma agrária e pela justiça social. (Van Ham et. al., 2006). O compromisso de João Pedro com a luta pela justiça social conquistava a admiração de homens e mulheres das camadas mais pobres da sociedade, como bem ilustrado pelo depoimento de Antônio Pedro Eugênio: “Aqui não tinha gente que não gostasse de João Pedro Teixeira. Todo mundo gostava dele: de homem, mulher a menino. A pobreza. Agora, só quem não gostava dele eram os ricos, porque diziam que ele era comunista” (Depoimento de Antônio apud Van Ham, 2006, p. 25).

A liderança de João Pedro ia além do carisma ou da capacidade de mobilização. Ele estava na linha de frente das ações com uma visão considerada convicta dos direitos que os camponeses mereciam. Como ressalta Antônio Francisco de Andrade, o Galego:

Ele era uma bandeira de frente, era um homem desassombrado. Que não levava ninguém pra ‘lugar fundo’, como se diz. O problema dele era libertar o trabalhador

do campo, que a gente tinha direito à terra. Depois dele, tivemos direito ao décimo terceiro mês [salário], Depois, tivemos direito a férias, a indenização, ser lavoura vendida [indenizada]. (Depoimento de Antonio a Van Ham et. al., 2006, p. 22)

De acordo com as fontes do estudo em questão, João Pedro buscava, acima de tudo, uma transformação coletiva, focada em garantir condições de vida mais dignas e justiça social para os(as) camponeses(as). A liderança de João Pedro Teixeira e sua dedicação em defender os(as) camponeses(as) não era apenas uma escolha, mas uma missão que ele carregava com convicção. Como relata Expedito Maurício da Costa:

Simplemente ele tinha aquela ideia fixa na cabeça de defender os camponeses. Ele tinha um dom de liderança... [Ele] fazia discurso. Os camponeses tinham uma fé tamanha em João Pedro Teixeira, assim, eu comparo assim como uma religião, como os adeptos de uma religião têm no seu pastor. É mesmo assim. É uma fé que eles tinham em João Pedro Teixeira. Eles tinham uma confiança em João Pedro Teixeira... (Depoimento dado a Van Ham et. al., 2006, p. 26).

Contudo, é importante considerar que, embora João Pedro Teixeira seja amplamente reconhecido como o principal responsável pelo movimento das Ligas Camponesas e pela fundação da associação em 1954 em muitas das obras revisadas nesse estudo, não se pode inviabilizar a presença de outros nomes igualmente significativos. Muniz (2010) destaca que figuras como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro também estavam desde o início da mobilização, reforçando a ideia de que a liderança do movimento era compartilhada e construída coletivamente. A construção da memória a partir de uma perspectiva biográfica apenas, tendencialmente pode gerar o apagamento de outras histórias e memórias, na qual a diversidade da luta coletiva é silenciada para concentrar a história em torno de um único sujeito. Ao reconhecer essa prática, torna-se possível compreender como certas pessoas se sobressaem enquanto outras são apagadas, o que tende a ocultar a contribuição de diversos(as) camponeses(as) que também podem ser considerados importantes para as lutas e resistências das Ligas de Sapé. Destacar esses outros líderes podem oferecer uma perspectiva mais completa e justa da história do movimento camponês, ressaltando a importância da pluralidade de agentes na construção de uma luta coletiva (Muniz, 2010).

Assim, Pedro Inácio de Araújo, conhecido como Pedro Fazendeiro, nasceu em Itabaiana - PB, em 1909, e desapareceu em 1964, durante o regime militar. Era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e sua atuação nas Ligas Camponesas se destacou pela forma como disseminava as ideias do movimento. Descreve-se que Pedro Fazendeiro utilizava um método considerado discreto, mas eficiente: vendia cocadas aos cortadores de cana e, ao mesmo tempo, promovia a conscientização sobre os direitos dos camponeses e o movimento das Ligas. Como narrado por Expedito Maurício da Costa:

Pedro Fazendeiro se encarregava de levar um tabuleirozinho de cocada para vender aos cortadores de cana. Uns pagava, e aqueles que não pagava ele dizia: pode ficar fiado, depois se você tiver dinheiro você paga. Nesse | ínterim, ele pregava o movimento das Ligas aos camponeses. Daí surgiu o movimento, porque era proibido entrar nos canaviais dos usineiros, por medo das Ligas Camponesas. O vendedor de cocada tinha acesso, não chamava a atenção de ninguém. Era interessante. (Depoimento concedido a Van Ham et. al., 2006, p. 39)

Essa estratégia permitiu a Pedro Fazendeiro circular livremente pelos canaviais, evitando a vigilância dos fazendeiros e usineiros, que temiam o fortalecimento das Ligas. Sua contribuição funcionou para aproximar os(as) camponeses(as) da luta, usando táticas de resistência que não apenas transmitiam uma mensagem considerada com teor “revolucionário”, mas também desafiavam as restrições impostas pelos proprietários donos de terra.

Um aspecto relacionado à criatividade nas táticas de comunicação e militância do movimento não se limitava aos canaviais. Alves (2016) também ressalta outras táticas usadas pelos líderes das Ligas para alcançar os trabalhadores rurais:

E as táticas que eles utilizaram eram bastante diversificadas e criativas; eles iam para as feiras aos sábados e domingos, onde sabiam que se concentrava um grande número de camponeses, e lá realizavam comício ou propaganda de boca em boca, para tentar convencê-los a aderir à Liga. (Alves, 2016, p. 56).

É possível interpretar esses espaços de grande circulação, como feiras, eram fundamentais para a comunicação direta com os(as) camponeses(as), onde os integrantes das Ligas podiam expor suas ideias e incentivar a adesão ao movimento. A partir da atuação de Pedro Fazendeiro e outros líderes é possível exemplificar formas coletivas e de liderança que configuravam a resistência camponesa.

João Alfredo Dias, mais conhecido como Nego Fuba, nasceu em 1932 e também desapareceu em 1964, no mesmo episódio que vitimou Pedro Fazendeiro. Assim como Pedro, Nego Fuba efetuou um papel importante no movimento camponês, sendo lembrado por sua habilidade em se comunicar e mobilizar os(as) trabalhadores(as). De acordo com o depoimento de Expedito Maurício da Costa, “Falava muito, falava muito bem. Ele falava de tal modo que alguém pensava que ele era um homem formado. Mas não era. Ele falava em prol da Reforma Agrária, em prol da defesa dos camponeses e abolição do chamado cambão nas fazendas.” (apud Van Ham et. al., p. 41). Esse relato traz à tona Nego Fuba como uma voz considerada forte no movimento, mostrando que sua atuação na luta camponesa foi relevante, tanto quanto a de outros líderes. Sua retórica era um instrumento forte para defender a reforma agrária e denunciar as injustiças, como o cambão.

Assim, sobre o desaparecimento de Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, podemos

compreender o quanto suas mortes foram representativas de um esforço calculado para dismantelar as organizações camponesas e evitar que o movimento pela reforma agrária ganhasse mais força. Do mesmo modo, Elizabeth Teixeira, de acordo com os relatos captados no estudo de Van Ham (2006), por um exemplo de liderança no movimento camponês, mas sua força não estava em sua atuação solitária, e sim no apoio coletivo que recebia. A trajetória de Elizabeth é marcada pela ajuda da comunidade ao seu redor, o que evidencia a importância da solidariedade entre os(as) trabalhadores(as) rurais. Suas ações estavam ligadas à colaboração e união dos camponeses. Como descreve Ana Justino de Oliveira: “A gente, quando chegava lá, fazia a carreata [passeata], muita gente, que era do lado dela. Ia aquela procissão... muita gente... aí, chegava lá, ela começava a fazer aquele comício.” (apud Van Ham et al., 2006, p. 45). O depoimento revela como a liderança de Elizabeth era respaldada por uma comunidade disposta a marchar e lutar ao seu lado, demonstrando o poder do coletivo.

Ana Justino de Oliveira, no estudo de Van Ham, também descreve a constância dessas manifestações:

Todo o domingo, a gente fazia a carreata, à passeata da casa de Elisabeth Teixeira, onde ela morava, em Barra de Antas, para a cruz de João Pedro Teixeira, lá onde ele foi morto. [...] a gente estava com Elisabeth Teixeira. A gente ia tudinho. (apud Van Ham et al., 2006, p. 81).

Considera-se que essas passeatas semanais reforçavam a resistência camponesa, unindo os(as) trabalhadores(as) em torno da memória de João Pedro Teixeira e sob a liderança de Elizabeth, fortalecendo a luta e reafirmando as necessidades de mudanças no campo do brejo paraibano. A imagem de Elizabeth à frente de uma procissão de trabalhadores(as) reforça mais uma vez a noção de que a força do movimento camponês estava na união e na resistência coletiva, e não em figuras isoladas.

Desse modo, é possível compreender a relação entre os líderes das Ligas Camponesas e os trabalhadores rurais, por meio de Elias (1994): Somente essa intervenção torna possível às pessoas conviverem de maneira mais ou menos regulada, trabalharem juntas por um padrão comum de obtenção do alimento, e permite que sua vida comunitária dê origem a várias funções sociais interdependentes (Elias, 1994, p. 36).

A "intervenção" mencionada por Elias pode ser vista na capacidade dos líderes, como João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, de configurar uma organização entre os(as) camponeses(as), como no caso das Ligas. Essas lideranças não atuavam isoladamente, mas em coletividade, reivindicando as demandas por melhores condições de vida e reforma agrária. A convivência regulada entre líderes e camponeses(as) gerava uma rede de funções sociais interdependentes, na qual os(as) líderes dependiam do

apoio e participação ativa da base camponesa, assim como os(as) camponeses(as) dependiam da orientação e articulação dos(as) líderes para canalizar suas demandas.

Essas lideranças não só mobilizaram os(as) trabalhadores(as) rurais em torno da resistência, como também contribuíram para a construção de narrativas que perduram até os dias atuais. No próximo subtópico, será abordado o processo de memoriação dessas experiências, com especial destaque para o papel do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas como espaço de preservação e ressignificação das lembranças e das histórias relacionadas ao movimento.

4.3 Memoriação e o Memorial Ligas e Lutas Camponesas de Sapé-PB

Neste subcapítulo, será abordado o conceito de memoriação e, em especial, no contexto do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, localizado em Sapé, Paraíba. A memória, entendida como um processo ativo de reconstrução do passado, realiza um trabalho de preservação da história e na perpetuação das lutas dos camponeses na região. O Memorial, enquanto espaço físico e simbólico, se configura como um local de resistência e recordação, proporcionando aos(as) visitantes a oportunidade de se conectar com as narrativas e as figuras que marcaram as Ligas Camponesas.

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), fundado em 17 de junho de 2006, está localizado na comunidade Barra de Antas, na zona rural de Sapé, Paraíba. O espaço foi concebido com o intuito de preservar e divulgar a história das Ligas Camponesas, bem como as lutas travadas pelos trabalhadores rurais em defesa de seus direitos. De acordo com o Estatuto do Memorial (2024), sua criação envolveu uma rede de colaboração, que incluiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), professores e estudantes universitários, além de militantes de movimentos sociais e de direitos humanos, evidenciando a importância da participação coletiva na construção e manutenção desse espaço de memória.

Segundo Alves (2014), dois momentos foram determinantes para consolidar a criação do Memorial: a realização do Seminário Memória Camponesa e o lançamento do livro *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba - deixemos o povo falar...*, ambos ocorridos em 2006. Esses eventos foram significativos para dar visibilidade à memória das Ligas e reforçar a necessidade de um espaço dedicado à preservação das experiências de luta dos camponeses. O seminário (2006) reuniu pesquisadores(as), militantes e lideranças camponesas, promovendo debates sobre a importância da memória na construção de uma identidade coletiva e na continuidade das lutas sociais. No lançamento do livro, por sua vez, foram entrevistados(as) àqueles que vivenciaram diretamente as batalhas do movimento, permitindo que as memórias dos camponeses fossem

registradas e difundidas, fortalecendo a relação entre o passado e o presente no contexto das lutas agrárias.

Essa conexão entre memória e objetos é reforçada no espaço museológico, no qual, segundo Tolentino (2018, p. 63), "o objeto museológico tem algo além de sua forma, seu material, sua cor, seu tamanho, enfim, sua estrutura. O objeto é constituído de significado, de símbolos, de sentimentos, enfim, de poesia". Assim, os objetos presentes no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas não são apenas itens físicos, mas são dotados de histórias e experiências. Eles comunicam as lutas e resistências dos(as) camponeses(as), ressoando emocionalmente com os(as) visitantes e promovendo um diálogo contínuo entre as memórias preservadas e as dinâmicas atuais dos(as) trabalhadores(as) rurais.

De acordo com Lima, Tolentino e Rodrigues (2022), o MLLC vai além de ser apenas um espaço de preservação histórica. Ele se estabelece como um ponto de articulação para diversas frentes de atuação, integrando lutas por direitos sociais e promovendo a conscientização política. Como afirmam os autores, o Memorial atua "com diferentes frentes de atuação, que vão desde a defesa dos direitos humanos, à luta pelos direitos da mulher e do homem do campo, à educação popular e no campo, entre outras" (2022, p. 221). Essas múltiplas iniciativas ampliam a sua função, transformando o Memorial em um local vivo, onde as questões sociais contemporâneas dialogam com o legado das Ligas Camponesas, fortalecendo a educação popular e promovendo a organização das comunidades rurais em busca de justiça e equidade.

Lima, Tolentino e Rodrigues (2022) também destacam, em suas análises, as ações do MLLC no que diz respeito ao uso sustentável da terra. No artigo 3º, inciso XVI de seu estatuto, o movimento prevê o desenvolvimento de um modelo de produção agrícola baseado em práticas orgânicas e agroecológicas, promovendo uma alimentação saudável e sustentável. No entanto, conforme apontado por Barcellos (2016), a implementação de um projeto agroecológico¹⁴ enfrenta desafios, principalmente em um contexto dominado pelo agronegócio, que concentra recursos e políticas públicas, além da falta de apoio governamental voltado para o fortalecimento dessas práticas alternativas. Essa tensão entre o modelo hegemônico e as práticas agroecológicas limita o alcance e a viabilidade de uma

¹⁴ A agroecologia, nesse contexto, surge não apenas como uma prática agrícola, mas como um modelo alternativo de desenvolvimento que busca restaurar a autonomia das comunidades camponesas, promovendo um uso sustentável da terra e o fortalecimento de redes solidárias. Esse enfoque agroecológico se contrapõe à lógica neoliberal, que perpetua desigualdades e precariza a vida no campo, ao mesmo tempo em que oferece aos(as) camponeses(as) a possibilidade de construir uma relação mais equilibrada e respeitosa com o meio ambiente (Barcellos, 2016)

transição mais ampla para sistemas agrícolas sustentáveis.

Com isso, os autores destacam as ações do MLLC da seguinte forma:

Como se depreende de sua missão, ao focar suas ações na educação popular, nos direitos humanos e na agroecologia, o MLLC busca fazer frente à lógica da razão neoliberal, a qual mantém relações de poder assimétricas num sistema mundo baseado numa ideia de desenvolvimento capitalista predatório, que subjuga o outro e explora os recursos naturais.” (Lima, Tolentino e Rodrigues, 2022, p. 230).

Assim, o Memorial ilustra como as "instituições-memória" (Le Goff, 1994) podem exercer o compromisso de construção e preservação de movimentos sociais, não apenas resgatando e celebrando um passado de lutas, mas também servindo como um espaço para fortalecer a consciência coletiva. Ao incentivar uma visão crítica e ativa, o Memorial contribui para a continuidade das transformações necessárias na sociedade, alinhando-se à missão em promover uma mudança efetiva por meio da educação, da mobilização social e da agroecologia.

Nesse sentido, Tolentino destaca a natureza relacional e dinâmica da memória ao afirmar:

A memória é construída no momento presente a partir dos materiais que estão à nossa disposição e por meio da troca, da relação com os outros sujeitos. Nossas lembranças estão pautadas pelas lembranças dos outros e pela experiência acumulada que vivenciamos. (Tolentino, 2018, p. 68)

A troca de experiências e a convivência com outros sujeitos fazem com que nossas lembranças sejam filtradas, interpretadas e reformuladas a partir do compartilhamento coletivo de memórias. O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, por exemplo, pode ser um espaço onde essas trocas ocorrem, permitindo que as experiências de luta dos(as) camponeses(as) sejam transmitidas, reinterpretadas e mantidas vivas. Assim, o Memorial não apenas preserva o legado histórico, mas também estimula um diálogo contínuo entre as gerações, garantindo que a luta pela justiça social e pelos direitos dos(as) camponeses(as) permaneça relevante e viva no presente (Tolentino, 2016)

Levando em consideração a definição de Átila Tolentino (2018) sobre a memóriação ser a junção de memória e ação, é possível perceber que o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) segue essa definição ao não se limitar a preservar passivamente os acontecimentos do passado. O MLLC transforma as memórias das lutas camponesas em um elemento ativo, promovendo discussões, ações educativas e eventos que envolvem a comunidade rural e urbana. A memória das Ligas é constantemente mobilizada para impulsionar ações em defesa dos direitos humanos e da busca por melhores condições de vida

de trabalho.

A análise da memoriação no contexto do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas revela a importância de preservar as experiências coletivas de luta e resistência, promovendo um diálogo contínuo entre o passado e o presente. A partir das reflexões de autores como Ecléa Bosi (2006) e Tolentino (2018), é possível perceber que a memória coletiva é um processo dinâmico configurado por meio de relações de interdependência entre diversos atores sociais e dessas experiências compartilhadas, permitindo que os indivíduos se reconheçam em uma narrativa comum e relembrem e contem essa história. Dessa forma, a memoriação serve para compreender como ocorre a formação de uma organização, que inspira e impulsiona os indivíduos a se engajar ativamente nas questões sociais, garantindo que as vozes e as histórias dos(as) camponeses(as) continuem a ecoar ao longo do tempo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho buscou-se analisar a importância das memórias coletivas e da memória no contexto das Ligas Camponesas, utilizando uma abordagem teórica e conceitual. Por meio da leitura, pesquisa, interpretação e reflexão sobre as experiências dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as), foi possível perceber que o ato de compartilhar e preservar a história possui uma relevância na construção da identidade e na luta por direitos.

Para desenvolver essa análise, utilizei os conceitos de memória coletiva, de Maurice Halbwachs (1990), e o conceito de memória, desenvolvido por Átila Tolentino (2018). Halbwachs propõe que as memórias são construídas e configuradas dentro de contextos sociais, enfatizando que a memória coletiva frequentemente se sobressai em relação às experiências individuais. Essa perspectiva possibilitou compreender como as narrativas compartilhadas entre os(as) trabalhadores(as) rurais contribuem para refletir suas lutas e conquistas ao longo do tempo. Por sua vez, Tolentino (2018) introduz a ideia de memória como um processo ativo de ressignificação das lembranças, destacando a importância das ações e das experiências vividas na construção das memórias. Esses conceitos são fundamentais para entender como as memórias dos(as) camponeses(as) não são apenas registradas, mas também constantemente reinterpretadas e recontextualizadas em um diálogo contínuo com o passado e o presente.

O exercício de recontar histórias e reviver memórias camponesas não é uma tarefa simples, ainda por meio de pesquisas, revisão bibliográfica e leituras. Exige-se um esforço considerável, tanto por parte daqueles que compartilham suas experiências quanto dos(as) pesquisadores(as) que buscam compreender essas narrativas. A rememoração de eventos passados importantes requer não apenas um olhar atento para esses acontecimentos, mas também uma sensibilidade para a dor e a resistência que permeiam essas histórias.

É importante considerar também o esforço coletivo para garantir que essas memórias sejam preservadas. As Ligas Camponesas possuem um acervo relevante de histórias que refletem a luta por direitos agrários, além da resiliência e da coragem das comunidades rurais. O reconhecimento e a valorização dessas narrativas contribuem para a construção de uma memória coletiva, que pode influenciar as futuras gerações e servir como referência nas lutas sociais contemporâneas. Além disso, a memória aparece nesse processo de resgate e compartilhamento das memórias. Por meio de práticas que levam à preservação, é possível criar mais espaços seguros e acolhedores no qual os(as) camponeses(as) possam expressar suas experiências sem medo de represálias (Tolentino, 2016).

Estudar a história das Ligas Camponesas oferece uma oportunidade não apenas para entender a dinâmica interna desse movimento, mas também para explorar as complexas relações que se estabeleceram entre diferentes atores sociais ao longo do tempo. No Capítulo 1, enfatizamos a inter-relação entre as Ligas Camponesas, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa relação demonstra como esses três movimentos, cada um com suas particularidades e abordagens, estavam relacionados na luta pela reforma agrária e pela conquista de espaços de poder sociopolíticos. Essa análise me possibilitou compreender a importância de se considerar a história das Ligas Camponesas como um reflexo das tensões e alianças sociais que configuraram o cenário agrário brasileiro.

No Capítulo 2, foi descrito como os conceitos de memória coletiva e memóriação foram abordados por diferentes autores(as) ao longo da história, enfatizando as complexas discussões que esses conceitos implicam. Nos dedicamos à intersecção entre memória coletiva e memória individual, destacando a importância dessa dualidade para a compreensão dos processos de lembrança. No capítulo discute-se que a memória coletiva é construída a partir das experiências e narrativas compartilhadas de grupos sociais, servindo como um alicerce para a identidade coletiva e a coesão social. Por outro lado, a memória individual reflete as vivências pessoais, muitas vezes influenciadas pelo contexto social em que o indivíduo está inserido. Essa relação dinâmica entre o coletivo e o individual traz à tona como as lembranças são configuradas e reinterpretadas ao longo do tempo, sugerindo que a memória não é um fenômeno estático, mas um processo ativo que se desenvolve nas interações sociais.

O terceiro conecta os conceitos discutidos no Capítulo 2 ao contexto das Ligas Camponesas e para os aspectos que as cercam, enfocando as dificuldades enfrentadas ao lidar com a questão da memória. Nesse sentido, são apresentados dois exemplos: o de Sr. A e o de Sr. E, que optaram por não se identificar devido ao medo das possíveis represálias e violências, conforme abordado por Veloso (2005). Esses casos possibilitam resgatar os desafios que muitos indivíduos enfrentam ao compartilhar suas histórias em um contexto marcado pela intimidação e pela repressão. Em contrapartida, destaca-se a figura de Elizabeth, que se expressava afirmando que não temia pela própria vida, conforme registrado por Van Ham et al. (2006). Essa dualidade entre o silêncio e a coragem em expor vivências ressalta a complexidade das experiências individuais dentro do movimento.

Além disso, o capítulo enfatiza a força da coletividade, reconhecendo que, embora figuras individuais possam ganhar destaque em narrativas específicas, é o trabalho coletivo que sustenta a luta das Ligas Camponesas. O papel do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC) é destacado como um espaço importante nas ações da comunidade rural de Sapé, oferecendo não apenas um espaço físico para a memória, mas também promovendo

atividades voltadas para a preservação do meio ambiente e a conscientização por meio da educação (Tolentino, 2016).

Realizar esta pesquisa sobre as Ligas Camponesas foi uma jornada (in)tenso, que me permitiu explorar as camadas da memória coletiva e da memoriação no contexto da luta agrária. Desde o início, debruicei-me em uma revisão bibliográfica, analisando obras de autores(as), como Maurice Halbwachs (1990) e Ecléa Bosi (2006), para compreender os conceitos que sustentam o desenvolvimento deste trabalho. Aprofundei-me em relatos históricos, buscando descrever as experiências vividas pelos(as) trabalhadores(as) e suas interações com diferentes movimentos sociais, como a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro. Ressalta-se, que cada etapa da pesquisa, mesmo que em uma dimensão monográfica e como trabalho de final de graduação, me desafiou a pensar criticamente sobre como a memória é construída, ressignificada e compartilhada, e como esses processos são necessários para a compreensão do passado e para a construção de um futuro mais justo.

6. REFERÊNCIAS

- ALVES, J. F. **Luta e resistência na Paraíba: a Liga Camponesa de Sapé**. Disponível em: https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494167488_ARQUIVO_AR TIGO-PRONTO-FORTALEZA2017.pdf
- ALVES, J. M. M. **MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. p. 189. 2014.
- AUED, B. W. **A VITÓRIA DOS VENCIDOS (Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas. 1955-64)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande-PB, p. 208. 1981.
- BARCELLOS, S. B. **A Agroecologia entre o debate da justiça ambiental e da democracia: alguns desafios em reflexão**. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 7, n. 2, 2016. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v7i2.781. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6885>. Acesso em: 20 de Set. 2024.
- BOSI, E. **Memória e sociedade : Lembranças dos velhos**. ED: 3°. São Paulo, editora: Schwarcz, 2006
- CANDAU, J. **Antropologia de La Memoria**. Buenos Aires, editora Nueva Visión, 2002.
- CANDAU, J.. **Memória e Identidade**. São Paulo. Editora Contexto. 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura** – ED: 2°. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- COSTA, F. F. **Ligas Camponesas: seus legados e suas marcas na construção de uma (re)sistência no território de Barra de Antas, Sapé-PB**. TCC - Geografia - UFPB - Campus I - CCEN.
- DODEBEI, V. **Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?**. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.12 n.2 abr/11. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/7335>
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. ED: 9°. Lisboa. Editora Presença, 2004.
- ELIAS, N.; SCHROTER, M. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio De Janeiro. Editora Zahar, 1994.
- Estatuto Social do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas - MLLC**. Sapé, 30 de Abril de 2024.
- GENARO, E. G. (2022). **Dos acordos cotidianos aos cercamentos à casa grande: ressignificações simbólicas na experiência das Ligas Camponesas na Paraíba (1954-1964)**. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 42 (Especial), 464–488. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.802>

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HAN, Antônio Maria Van. et al. **Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas – deixemos o povo falar**. João Pessoa: Idéia, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1994.

LIMA, A. M. S; TOLENTINO, A. B.; RODRIGUES, W. E. S. **A razão neoliberal e o comum como princípio político da agroecologia: reflexões a partir da atuação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas**. Revista Mundaú, 2022, n. 12, p. 219-237. DOI: <https://doi.org/10.28998/rm.2022.n.12.13309>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/13309>. Acesso em: 19 de Set de 2024.

MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. ED: 4º. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 1990.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **IGREJA, CAMPESinATO E LUTA PELA TERRA NO BRASIL**. *Geographical Journal of Central America*, 2(47E). 2012. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2356>

MUNIZ, I. G. **História e Memória no Meio Rural Brasileiro**. 2012. [s.l].

MUNIZ, R.S. **A Fabricação de João Pedro Teixeira: Como o Herói Camponês**. Dissertação - CH - UFCG.

NORA, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES**. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>

POLLAK, M. **MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

RAMOS, T.O, MIRANDA, Z. D. **O INTER-RELACIONAMENTO ENTRE DOCUMENTOS DE ARQUIVO, BIBLIOTECA E MUSEU: MEMORIAL - UM SISTEMA EM DEFINIÇÃO**. Revista Fontes Documentais. Aracaju. v. 04, n. 01, p. 68-85, jan./abr., 2021. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/835403/O-inter-relacionamento-entre-documentos-de-Arquivo-Biblioteca-e-Museu.pdf>

RANGEL, M. S. **Medo da morte; esperança de vida: a história das ligas camponesas na**

Paraíba. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade Estadual de Campinas. Campinas-SP, p. 387. 2000.

SILVA, R. J. **A Dinâmica da Formação nas Ligas Camponesas entre 1960 e 1964, a Partir da Cartilha do Camponês e do Documento “Benção, Mãe!”**. EPENN, 2014.

SOARES, L. S. **Revolução e inocência: o perfil político do campesinato brasileiro por José de Souza Martins**. Sociedade e Cultura, vol. 9, núm. 1, janeiro-junho, 2006, pp. 187-202. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70390115>

STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. ED: 6°. São Paulo: Atual, 1997.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. **As Ligas Camponesas na Paraíba: Relatos a partir da memória dos seus protagonistas**. Revista Ruris, v. 5, número 1, Março de 2011. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/download/16846/11556/43109>

TOLENTINO, A. B. **MEMÓRIAS COLETIVAS E NARRATIVAS MUSEOLÓGICAS: LIMITES E CONFLITOS DA REPRESENTAÇÃO DE IDENTIDADES**. Rev. Memore, Tubarão, v.5, n.1, p. 62-77 jan./abr. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15092>

TOLENTINO, A. B. (2016). **Museologia social: apontamentos históricos e conceituais**. *Cadernos De Sociomuseologia*, 52 (8). Disponível em: <https://doi.org/10.36572/csm.2016.vol.52.02>

TOLENTINO, A. B. **Museologia social e comunitária na Paraíba: memóriação, lutas e resistências**. Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo, v. 13, Dossiê Número 5, p. 126-148, fev. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/26353/1/13440-Texto%20do%20Artigo-59486-1-10-20230207.pdf>

VALÉRIA, Taty. Antonio Barbosa, Superintendente do Incra na Paraíba: **“Cerca de 30% dos assentamentos da PB carecem de regularização”**. A União. João Pessoa, 22/05/2023. Notícias, Entrevistas. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/noticias/entrevistas/antonio-barbosa-superintendente-do-incra-na-paraiba-201ccerca-de-30-dos-assentamentos-da-pb-carecem-de-regularizacao201d#:~:text=Qual%20a%20atual%20situa%C3%A7%C3%A3o%20dos,cerca%20de%20100%20mil%20pessoas.> Acesso em 09/08/2024.

VELÔSO, Thelma. **Memórias de ex-dirigentes das Ligas Camponesas na Paraíba**. História Oral. , v. 8, n. 2, p. 217-242, jul.-dez. 2005.